

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA - SOL**



JORDANA GUIMARÃES MACÊDO

**RESSIGNIFICAÇÃO IDEOLÓGICA E TRANSFORMAÇÃO DO
SOCIALISMO CUBANO**

BRASÍLIA-DF, 2017

Jordana Guimarães Macêdo

RESSIGNIFICAÇÃO IDEOLÓGICA E TRANSFORMAÇÃO DO SOCIALISMO CUBANO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Negri

Brasília-DF, 2017

Jordana Guimarães Macêdo

RESSIGNIFICAÇÃO IDEOLÓGICA E TRANSFORMAÇÃO DO SOCIALISMO CUBANO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Brasília – DF, 01 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Camilo Negri
Departamento de Estudos Latino Americanos – ELA

Prof. Dr. Stefan Klein
Departamento de Sociologia – SOL

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido saúde e força para chegar até aqui.

Aos meus pais e minha irmã Juliana por fazerem de tudo para tornar todos os meus desejos e sonhos possíveis.

Ao meu namorado Diego, por todo o apoio e incentivo.

Aos meus amigos Emmanuel, Letícia, Raíla e Rafaella por terem tornado esses quatro anos mais fáceis e divertidos.

A minha segunda família, Pastoral Maanaim e especialmente aos membros da Tenda, por estarem sempre me fortalecendo e me transformando.

Ao meu orientador, Camilo, por todos os ensinamentos, oportunidades e por toda paciência e confiança.

As minhas queridas amigas, Vanessa, Carol, Weny, Pri, Mary, Tânia, Thaianne, Luanna, Thati e todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

Depois de muitos anos isolada, Cuba vive um momento histórico de grandes transformações. A lógica socialista de desenvolvimento que existe desde a Revolução, centrada nas necessidades e direitos da maioria - após um período de crise econômica e de estagnação do desenvolvimento do país - se abre a parcerias público-privadas. Porém, é importante analisar nesse processo, a dinâmica de ressignificação ideológica presente nos discursos dos líderes revolucionários e presidentes cubanos, Fidel Castro e Raul Castro e verificar também se nesses discursos existem elementos analíticos que apontem se as transformações que seguem ocorrendo em Cuba estão impactando os pressupostos revolucionários e os valores socialistas gerados pela ideologia que o Partido Comunista de Cuba (PCC) adotou ao assumir o poder.

ABSTRACT

After many years of isolation, Cuba is experiencing a historic moment of great transformation. The socialist logic of development that exists since the Revolution, centered on the needs and rights of the majority - after a period of economic crisis and stagnation of the country's development – Cuba opens itself to public-private partnerships. However, it is important to analyze in this process and the dynamics of ideological resignification that exists in the speeches of the Cuban revolutionary leaders and presidents, Fidel Castro and Raul Castro, and also it's necessary to verify if there are any analytical elements in these discourses that point out whether the transformations that continue taking place in Cuba are impacting the revolutionary assumptions and the socialist values generated by the ideology that the Communist Party of.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 IDEOLOGIA	8
1.1 Principais Conceitos.....	8
1.2 Espectro ideológico esquerda-direita.....	12
2 A ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA	15
2.1 Marxismo, Socialismo e Comunismo na América Latina	15
2.2 A esquerda no contexto regional	21
3 CUBA.....	25
3.1 Revolução Nacional.....	25
3.2 Exército Rebelde.....	28
3.3 Revolução Socialista	30
3.4 O Governo Revolucionário.....	34
4 ANÁLISE DE DISCURSOS	41
4.1 Discursos Fidel Castro	43
4.2 Discursos Raul Castro.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49

INTRODUÇÃO

O aparecimento das primeiras organizações de esquerda na América Latina está fortemente ligado à influência exercida pelo movimento operário europeu. Alguns acontecimentos históricos que serviram como modelos e inspiração para muitos movimentos de esquerda no continente latino-americano foram a Revolução Mexicana, considerada uma das maiores revoluções camponesas da história, a Revolução Russa, em 1917, e o triunfo da Revolução Cubana, em 1959. Caracterizadas principalmente por seu cunho socialista, liberal, populista, anarquista e a favor do movimento agrário, essas revoluções trouxeram inspiração e esperança para uma pequena vanguarda operária inspiradas em ideais igualitaristas, anarquistas e sindicalistas (ARCARY, 2006).

A partir da segunda metade do século XX, os movimentos de esquerda latino-americanos foram fortemente impactados e muitos deles, até mesmo, influenciados pelo processo revolucionário cubano e pelo triunfo da Revolução em 1959.

Ao conquistar o poder, o Partido Comunista de Cuba (PCC), liderado pelos irmãos Fidel Castro e Raul Castro, adotou o socialismo como modelo político e econômico (SENA, 2014) e iniciou uma próxima relação diplomática e comercial com a União Soviética (URSS), maior potência comunista da época. Como sanção pelas decisões tomadas pelo partido, por influência estadunidense, em 1960, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) e sofreu a imposição de um bloqueio econômico que perdura até os dias de hoje.

O bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos da América (EUA) a Cuba contribuiu para diversas consequências negativas: o país não conseguiu avançar em diferentes aspectos do campo econômico, como a modernização da indústria e da agricultura. Entretanto, mesmo com as dificuldades causadas pelo embargo, Cuba conseguiu obter inúmeros avanços sociais, como a eliminação do analfabetismo, a implementação de um sistema de saúde eficiente e universal, assim como a redução da mortalidade infantil e do desemprego. Isso garantiu ao partido o apoio de grande parte da população.

Com a queda do bloco socialista e o fim da URSS na década de 1990, foi necessária uma profunda reestruturação das políticas econômicas de Cuba, dadas as conjecturas e a crise econômica.

Desde então a ideologia do Partido Comunista de Cuba (PCC) vem se adaptando gradualmente aos desafios políticos, econômicos e sociais da modernidade e da globalização do capital. Novas perspectivas e a abertura de propostas que reorientem a política econômica e que não entrem em contradição com os pressupostos socialistas estão sendo implementadas e geridas, dando início a um novo quadro político, econômico e social em Cuba e, conseqüentemente, impactando todo o continente. Entretanto, essas transformações trazem incertezas quanto à continuação dos valores socialistas e dos sentimentos de solidariedade e patriotismo que essa ideologia gerou.

Este trabalho propõe analisar a dinâmica de transformação do socialismo cubano e sua possível ressignificação ideológica por meio da análise dos discursos oficiais pronunciados pelos líderes e presidentes cubanos Fidel Castro e Raul Castro e verificar como as atuais conjunturas econômicas e políticas do país são significadas nos discursos dos líderes revolucionários.

1 IDEOLOGIA

Em sentido amplo, ideologia é o conjunto de crenças, ideias, valores, concepções e princípios que são compartilhados por um grupo de pessoas sobre algum ponto sujeito a discussão. Pode-se também falar em ideologia enquanto teoria, referindo-se aos conhecimentos destinados a orientar uma ação efetiva. Uma característica básica das ideologias é o fato de que cada uma delas reivindica para si a condição de ser a verdadeira, a correta, levando as outras ideologias a serem repudiadas como ilusórias ou falsas (ARANHA e MARTINS, 1993).

1.1 Principais Conceitos

Ao longo da história, o conceito de ideologia acumulou significados contraditórios que o tornaram polissêmico, tanto como ferramenta analítica das Ciências Sociais quanto como recurso político. O primeiro a apresentar o termo foi Destutt de Tracy no século XVIII. Segundo o filósofo, a ideologia seria o estudo científico das ideias e as ideias o resultado da interação entre o indivíduo e o meio ambiente.

Partindo do pressuposto de que todo conhecimento científico começa pelas ideias, acreditavam que a Ciência das Ideias deveria ser reconhecida como a

primeira ciência. De Tracy cria o termo com o intuito de compreender a natureza humana, afirmando que conhecemos as coisas pelas sensações que temos delas e se pudéssemos analisar as ideias das sensações poderíamos tirar conclusões de cunho mais prático. E a partir da análise cuidadosa das ideias, a ideologia traria uma compreensão da natureza humana, possibilitando uma reestruturação política e social. O termo foi criado com o intuito de desenvolver as ideias iluministas no contexto das revoltas políticas e sociais, ainda no surgimento da sociedade moderna. Assim, o primeiro significado guarda a mais simples das definições, o estudo das ideias, que possui conotação epistemológica. (KONDER, 2002).

Alguns anos depois, Napoleão Bonaparte se apropriou do termo, utilizando-o para afirmar suas ideias e desvalorizar as afirmações dos intelectuais considerando que essas opiniões se afastavam da realidade, ficando apenas no plano metafísico (GEISER, 1968). Acreditava que ideologia era uma doutrina abstrata, contrária às realidades do poder político. Napoleão foi o criador do termo “ideólogos”, afirmando que estes eram aqueles que estavam contra a revolução empreendida na França no século XVIII.

Augusto Comte voltou a empregar o termo ideologia em sua obra *Curso de filosofia Positiva* (1842). Para Comte, o termo significava, por um lado, uma atividade político-filosófica que estuda a formação das ideias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, também, tomando como ponto de partida as sensações; e, por outro lado, ideologia passa a significar também o conjunto de ideias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época (CHAUÍ, 1980)

Nessa medida, para Marilena Chauí, “ideologia é sinônimo de teoria, é entendida como a organização sistemática de todos os conhecimentos científicos, indo desde a formação das ideias mais gerais, na matemática, até as menos gerais, na sociologia, e as mais particulares, na moral” (CHAUÍ, 1980, p. 11).

O termo também é encontrado na obra *As Regras do Método Sociológico* (1895) de Émile Durkheim. O autor trata a sociologia como uma ciência de conhecimento racional, objetivo, observacional e necessário à sociedade. Segundo ele, é necessário tratar o fato social como coisa e desprovê-lo de subjetividade, de modo a permitir que o sociólogo encare uma realidade, da qual participa, como se não fizesse parte dela. A regra fundamental da objetividade científica é a separação

entre objeto do conhecimento e sujeito do conhecimento, essa separação é o que garante a objetividade e a neutralidade do cientista. Durkheim chamará de ideologia todo conhecimento da sociedade que não respeite tais critérios (DURKHEIM, apud, CHAUI, 1980, p12).

Marilena Chauí chama a concepção do termo ideologia utilizado por Durkheim de “Positivismo ideológico”. Segundo a autora, nessa concepção a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, que não é pré-conceito nem pré-noção, mas que é um “fato” social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção das ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais (CHAUI, 1980).

Em *A Ideologia Alemã* (1932), Karl Marx juntamente com Friedrich Engels, ao criticar a visão dos “jovens hegelianos”, fizeram uso do termo ideologia para descaracterizar as ideias destes jovens. Marx e Engels criticavam as ideias de seus compatriotas pelo fato de a concepção hegeliana de Estado inverter o verdadeiro caráter das coisas. Concepção esta que pode ser descrita por três pressupostos: as formas de consciência dos seres humanos, a divisão de trabalho e um estudo científico do mundo sócio histórico (THOMPSON, 2009).

Mais à frente, Marx e Engels utilizam a concepção de ideologia como as ideias das classes dominantes, sendo estas as que possuem a força material na sociedade, criando uma nova concepção à “concepção epifenomênica”, onde a ideologia é vista como dependente e derivada das condições econômicas, das relações de classe e das relações de produção de classe” (THOMPSON, 2009, p.54). Segundo este conceito a ideologia serve para expressar o interesse das classes dominantes e leva em consideração o contexto histórico em que se encontra.

Em seus escritos, Marx preserva o sentido do termo ideologia, ligando-o principalmente às ideias e às relações de dominação das classes, identificando o termo ideologia como um sistema de representações que servem para sustentar relações de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideias que escondem relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social (THOMPSON, 2009).

Apoiado na visão epifenomênica Marxista, Lenin amplia o significado do conceito de ideologia e a associa aos conflitos de classes dominantes e dominadas, sendo assim, “a ideologia torna-se a consciência política, ligada aos interesses de classe” (LARRAIN, 1983, p.186). Os escritos de Lenin também influenciaram o filósofo italiano Antonio Gramsci, que dizia que além de ser um sistema de ideias, a ideologia possui a capacidade de inspirar atitudes e proporcionar orientação para a ação. A ideologia, então, passa a ser uma concepção de mundo que se manifesta na vida individual e coletiva, garantindo a hegemonia, ou seja, o consentimento das grandes massas, formando o terreno sobre o qual os indivíduos se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam (GRAMSCI, 2000).

Para Louis Althusser é somente do ponto de vista das classes, isto é, da luta de classes, que se podem explicar as ideologias existentes numa formação social (ALTHUSSER, 1970, p. 140). Sendo assim, o que é representado em uma ideologia não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem (ALTHUSSER, 1970, p. 128).

Ao interpretar o conceito de ideologia, Mannheim o relaciona ao contexto social. Para este autor, a ideologia é uma fase entre a concepção particular e a concepção geral, sendo a concepção particular os pontos de vista individuais, entendidos como falsas representações da natureza real, e a concepção geral a compreensão dos conceitos e modos de pensamento de um coletivo. Para Mannheim, na palavra ideologia está implícita “a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a portanto” (MANNHEIM, 1956, p.66). Assim, o estudo da ideologia busca compreender a limitação do ponto de vista individual e a relação com o processo social total.

Segundo Thompson, (2009), o conceito de ideologia de hoje é caracterizado pelas ideias de Marx, que considera que a ideologia surge a partir das relações socioeconômicas, da luta de classes e das contradições existentes na sociedade com o objetivo de tentar justificar, amenizar ou ocultar os conflitos, tornando-os aceitáveis e naturais (RAMALHO, 2012).

Assim, é por meio da ideologia que as classes dominantes buscam fazer com que seus interesses e ideias sejam aceitos e adotados por todos, dificultando o

surgimento de ideologias contrárias. Desse modo, a classe dominante tende a orientar as condutas e valores dos indivíduos de acordo com os seus objetivos.

Segundo a perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 2000), as ideologias são representações, visões de mundo e concepções que adquirem função política e características práticas, de classes ou frações de classe. A Hegemonia é a condição dominante de determinada ideologia no conjunto da sociedade. Segundo Meszáros (2004), contudo, o significado das ideologias, assim como seu papel na sociedade, se modificam conforme as condições econômicas e históricas, conforme os interesses ideológicos dos movimentos políticos e dos intelectuais e suas teorias.

A filósofa Marilena Chauí define a ideologia como:

um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (CHAUÍ, 1980, p.43).

1.2 Espectro ideológico esquerda-direita

Na história, a esquerda e a direita no sentido político constituem duas forças em constante luta. O significado original da díade esquerda-direita data da Revolução Francesa. Porém, nessa época o termo direita era utilizado com uma conotação positiva e o termo esquerda era utilizado com uma conotação negativa.

Para Norberto Bobbio essa univocidade não é válida na linguagem política, pelo fato de que tanto a direita quanto a esquerda podem ser utilizadas para representar o lado positivo ou negativo da contraposição segundo as ideologias e os

movimentos que representam, e portanto, segundo as pessoas ou os grupos que dele se apropriam (BOBBIO, 2001).

Bresser-Pereira (2000) afirma que a diferença entre esquerda e direita varia de um país para outro, de acordo com suas experiências nacionais e estágios de crescimento econômico, podendo até mesmo variar de tempos em tempos dentro de um mesmo país. Entretanto, em seu texto “*Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo*” publicado na revista de cultura e política “Lua Nova”, Luiz Carlos Bresser-Pereira conceitua que:

É de esquerda quem está disposto a arriscar a ordem em nome da justiça e de direita quem prioriza a ordem em nome da justiça social”, (1997, p. 55). Bresser-Pereira, em sua definição, afirma ainda que quando para alguém a ordem é tão importante a ponto de não poder se arriscar nada em nome dela, essa pessoa é de direita e quando alguém está disposto a arriscar a ordem em nome da justiça, essa pessoa então é de esquerda (1997, p. 55).

Para o autor, na sociedade contemporânea existem quatro objetivos políticos relevantes, são eles: a ordem, a igualdade, a liberdade e o bem-estar social. Entretanto, apenas os dois primeiros constituem critérios para distinguir a esquerda da direita. Apesar de todas as reivindicações que os proponentes da esquerda e da direita possam fazer, liberdade e crescimento econômico não são determinantes claros da distinção entre esquerda e direita (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Direita e esquerda são conceitos relativos. São lugares do “espaço político”. Representam uma determinada topologia política (REVELLI, 2007 *apud* BOBBIO, 2001). São termos adotados pela linguagem política no decorrer do século XIX que persevera até hoje, para representar o universo conflituoso da política (BOBBIO, 2001).

A dimensão esquerda-direita é o espaço político mais simples e mais utilizado no âmbito da pesquisa científica e no debate político (BOBBIO, 1998), dimensão esta que vem sendo interpretada de inúmeras formas e sobre diversas argumentações, entre elas argumentações históricas, políticas, econômicas e conceituais.

Segundo Norberto Bobbio, o critério que frequentemente é adotado para distinguir a direita da esquerda é a postura que os homens organizados em sociedade assumem diante de seus ideais, como o ideal da igualdade, o ideal da

liberdade e o ideal da paz, é um dos fins últimos pelos quais os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar (BOBBIO, 2001).

Para Bobbio, “É de esquerda quem defende a igualdade, quem luta por uma distribuição de renda mais igual, por uma maior justiça social. E é de direita quem não tem esse objetivo como prioridade”. Defende ainda que direita e esquerda, além de serem termos antitéticos, são reciprocamente excludentes. Excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou movimento pode ser de direita e de esquerda simultaneamente (BOBBIO, 1994). Direita e esquerda indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence, habitualmente, à ação política. Contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade (BOBBIO, 1994).

Segundo Marta Harnecker (2008), a esquerda é um instrumento político cuja função principal é articular a ação dos múltiplos e plurais sujeitos, respeitando suas diferenças e determinando as táticas mais adequadas para tirar o poder das classes dominantes, avançando para a construção de uma sociedade que se distancie da lógica individualista perversa do capital, implantando uma lógica cada vez mais humanista e solidária, com o objetivo de alcançar o pleno desenvolvimento dos seres humanos (HARNECKER, 2008). Para a autora:

A esquerda representa um conjunto de forças que se opõem ao sistema capitalista e sua lógica de lucro, e que lutam por uma sociedade alternativa humanista e solidária, por uma sociedade livre da pobreza material e das misérias espirituais que compõem o capitalismo, por uma sociedade construída a partir dos interesses das classes trabalhadoras (HARNECKER, 2008, p.47).

O espectro político ideológico na América Latina foi decorrente do acirramento da disputa entre direita e esquerda, decorrente das ditaduras militares que perduraram até os fins do século XX, levando boa parte da esquerda a optar ou pela luta armada, pela democracia popular, ou pela luta por qualquer abertura política (NEGRI, 2014).

2 A ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

Durante os séculos XIX e XX houve um avanço nos movimentos de esquerda na Europa e, com isso, o movimento político socialista ganhou força com um programa de mudança social, conseguindo mobilizar milhões de pessoas e tornando-se hegemônico em vários países europeus.

Sob a forma do comunismo soviético e do “compromisso de bem-estar” Keynesiano, o socialismo europeu funcionou razoavelmente bem quando os maiores riscos eram externos e onde os níveis de globalização e reflexividade social eram relativamente baixos. (GIDDENS, 1938).

Ainda no início do século XX a América Latina foi fortemente impactada por processos, partidos, organizações e grupos que lutavam por uma sociedade mais igualitária e pelo fim da dependência dos centros hegemônicos capitalistas.

Historicamente marcada pelo pensamento e atuação da esquerda, o continente alimentou visões, desejos, utopias, lutas e debates em praticamente todo o mundo, por suas experiências e contribuições teóricas às ideologias posicionadas à esquerda do espectro político (Negri, 2014).

2.1 Marxismo, Socialismo e Comunismo na América Latina

Embora a esquerda e o socialismo não sejam integralmente identificáveis, seus vínculos e semelhanças são incontestáveis (ELEY, 2005).

Durante os séculos XIX e XX, a América Latina seguia sendo submetida a uma relação de submissão e dependência econômica e política dos países imperialistas.

O socialismo e o marxismo foram introduzidos e influenciados no continente, principalmente pela imigração europeia - em especial a alemã, italiana e espanhola - no fim do século XIX. Os grupos de imigrantes criaram organizações e jornais socialistas e anarquistas que falavam das disputas políticas de seu país de origem. Inicialmente, a difusão dessas ideias prevaleceram, mas aos poucos houveram as primeiras tentativas de aplicá-las à nossa realidade (CASTRO, 2005). Por influência dos partidos europeus de esquerda, começaram, então, a surgir pensadores que pela primeira vez tentavam analisar a realidade latino-americana em termos marxistas (LÖWY, 1999).

Na evolução das esquerdas latino-americanas as sucessivas contribuições recebidas da Europa – como as ideias iluministas, da república liberal e do socialismo - interagiram com os esforços locais para explicar a nossa própria realidade e propor novas alternativas (CASTRO, 2005). Os primeiros partidos comunistas surgiram na década de 1920, favorecendo sua corrente no continente e estabelecendo bases para uma orientação política revolucionária (LÖWY, 1999).

A Revolução Russa foi o processo que mais estimulou a consciência política da época. A vitória dos revolucionários russos, em 1917, e a criação da III Internacional foram os principais modelos e fonte de inspiração para a América Latina (CASTRO, 2005). O documento da III internacional, de janeiro de 1921, *“Sobre a Revolução na América: um chamado à classe operária das duas Américas”* e a proclamação de 1923 *“Aos operários e camponeses da América do Sul”*, atribuíram tarefas agrárias, anti-imperialistas e anticapitalistas à luta revolucionária, favorecendo a unidade entre a classe proletária e o campesinato com a intenção de conduzir a América Latina de ‘um capitalismo subdesenvolvido e dependente’ para o ‘poder do proletariado’ (LÖWY, 1999). Os partidos comunistas latino-americanos nasceram na esteira da Revolução Russa e da III Internacional (CASTAÑEDA, 1994).

Durante as três primeiras décadas do século XX, muitos intelectuais, líderes revolucionários e políticos latino-americanos, influenciados pelas ideias marxistas e pelas correntes de esquerda europeias, colaboraram para a introdução e disseminação do comunismo no continente. Alguns deles são: o peruano Haya de La Torre, fundador da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA); Juan B. Justo, fundador do Partido Socialista Argentino; Luis Emilio Recabarren, fundador do Partido dos Trabalhadores Socialistas do Chile em 1912; o estudante e revolucionário cubano, Julio Antonio Mella; José Mariátegui, que fundou no Peru o Partido Socialista; Vittorio Condovilla, italiano que vivendo na Argentina, foi um dos fundadores do Partido Comunista Internacional; Augustín Farabundo Martí, que juntamente com Mario Zapata e Miguel Mármol fundaram o Partido Comunista de El Salvador e Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista Brasileiro.

Segundo Löwi (1999), muitos militantes e líderes de movimentos comunistas acreditavam que a URSS era a “pátria do socialismo” e que a revolução nacional-democrática abriria caminho para o socialismo. Com isso, houve uma ‘stalinização’

dos partidos comunistas, ou seja, os partidos seguiam com um aparelho dirigente – hierárquico, burocrático e autoritário, intimamente ligado à liderança soviética. Essa doutrina elaborada por Stalin adotava como metodologia uma interpretação economicista do marxismo.

A primeira manifestação do marxismo latino-americano se deu com a Frente Popular. A Frente Popular foi uma aliança feita por partidos comunistas, socialistas e democrático-burgueses que visava ampliar as alianças dos partidos comunistas com a classe operária, as classes médias e o setor antifascista da burguesia (CASTAÑEDA, 1994). A política da Frente Popular obteve êxitos importantes em alguns países europeus, entretanto, na América Latina o Chile foi o único país em que a Frente Popular se assemelhou ao modelo europeu. Contudo, com a aproximação dos EUA com a URSS contra o Nazismo alemão o aspecto anti-imperialista da Frente Popular começou a enfraquecer (LÖWI, 1999).

Os partidos comunistas latino-americanos também dividiram o cenário político da esquerda no continente com outras correntes ideológicas historicamente muito importantes, como o chamado populismo. Surgido na década de 30, essa corrente teve origem com os setores nacional-populares e ainda hoje mantém sua importância no cenário político do continente. Alguns exemplos do populismo latino-americano ocorridos ainda no século XX deu-se com Lázaro Cárdenas no México, Getúlio Vargas no Brasil, José María Velasco Ibarra no Equador, Haya de La Torre no Peru e Víctor Paz Estenssoro na Bolívia (CASTAÑEDA, 1994). Embora em certas ocasiões o populismo se incline à direita, devido ao seu desejo de transformação com continuidade sem a ruptura violenta que experimentaram os processos capitalistas, essa corrente do espectro político pertence à esquerda. O populismo também foi aplicado por governos latino-americanos que seguiram políticas econômicas específicas como Allende no Chile, Perón na Argentina e Alan García no Peru (CASTAÑEDA, 1994).

A relação entre os movimentos populares e os partidos comunistas dominou os debates da esquerda latino-americana. O populismo latino-americano foi o resultado de uma limitada vontade política de impulsionar reformas e a pouca capacidade de lutar por elas (CASTAÑEDA, 1994).

Embora a esquerda comunista liderada por Stalin fosse hegemônica para a esquerda marxista, havia muitas críticas e reclamações a favor de outras correntes

comunistas. Principalmente no início da década de 1930, na América Latina, começou a surgir uma oposição de esquerda comunista e o trotskismo, corrente inspirada pelas ideias de León Trotski. Segundo Löwy (1999) as ideias dessa corrente combinavam tarefas democráticas, nacionais e anticapitalistas e rejeitava uma aliança com a burguesia local, diferenciando-se radicalmente do comunismo soviético.

A Segunda Guerra Mundial proporcionou à América Latina uma era de colaboração de classes que intentava inaugurar uma tendência de desenvolvimento econômico e independência nacional. Encerraram-se as divergências políticas e ideológicas e eliminaram os vestígios de nacionalismo que implicassem críticas ou divergências com os EUA.

Com o fim da aliança entre EUA e URSS em 1947 e o início da Guerra Fria, muitos dos partidos comunistas latino-americanos se encontraram completamente enfraquecidos, desestruturados e divididos de suas bases tradicionais. Como consequência do fim da aliança entre as duas nações, houve uma ofensiva generalizada contra a URSS e uma maior repressão aos movimentos comunistas em escala internacional (CASTAÑEDA. 1994). Entretanto, mesmo sendo fortemente ameaçados, perseguidos e até mesmo assassinados, muitos comunistas enfrentaram a repressão e reagiram bravamente.

Em Cuba, o Partido Socialista Popular (PSP), havia perdido credibilidade frente ao povo por ter participado do governo I de Fulgêncio Batista. Em 1952, apoiado pelos EUA, o militar Fulgêncio Batista por meio de um golpe militar, assumiu o poder de Cuba e mesmo sem nenhuma repressão ao golpe, os militares cubanos assumiram uma postura violenta de repressão anticomunista (MONIZ BANDEIRA, 2008). Frente a toda essa onda de repressão em Cuba, em 1958, o Partido Socialista Popular (PSP) uniu-se ao Movimento Revolucionário 26 de Julho, liderado pelo jovem Fidel Castro, em uma luta armada contra a ditadura cubana. Após muita luta, em 1959, os guerrilheiros alcançaram o triunfo da revolução. Entretanto, mesmo após a vitória da esquerda anti-imperialista cubana, o PSP teve pouca influência e participação, ocupando um papel secundário no movimento revolucionário cubano e na transição da ilha ao socialismo (LÖWY, 1999).

A Revolução Cubana constituiu uma importante mudança na história do marxismo latino-americano e na história da própria América Latina (FRONDIZI,

1956, p. 234 *apud* LÖWY, 1999, p.43). Segundo Löwy (1999), muitos dos revolucionários cubanos, especialmente os líderes Fidel Castro e Che Guevara, tinham em mente que a guerra socialista e anti-imperialista só se daria por meio do socialismo e da destruição do sistema capitalista. No caso cubano, o caminho socialista e marxista se deu no decorrer do próprio processo revolucionário (LÖWY, 1999, p. 44).

A Revolução Cubana subverteu claramente a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina. Por um lado demonstrou que a luta armada podia ser uma maneira eficaz de destruir um poder ditatorial e pró-imperialista e abrir caminho para o socialismo. Por outro lado, demonstrou a possibilidade objetiva de uma revolução combinando tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário ininterrupto. Essas lições, em nítida contradição com a orientação dos partidos comunistas, obviamente estimularam o surgimento de correntes marxistas inspiradas pelo exemplo cubano (LÖWY, 1999, p. 45).

A partir de 1960 houve o início de um novo período revolucionário para o marxismo latino-americano. Com isso, muitas ideias do chamado “comunismo original” de 1920 foram resgatadas. Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana e grande pensador marxista, influenciou, com seus escritos e seu papel histórico na revolução, novas correntes revolucionárias na América Latina. O chamado ‘Marxismo de Che’ tinha como eixo central algumas premissas primordiais: 1) a importância de uma ética comunista no processo revolucionário e a busca de um caminho socialista alternativo, mais democrático, mais igualitário e mais solidário; 2) o caráter socialista da revolução latino-americana deve derrotar os imperialistas e os exploradores locais ao mesmo tempo; 3) a luta armada como principal forma de combate aos regimes ditatoriais predominantes, com o apoio das massas camponesas e operárias de todo território que atuam (LÖWI, 1999).

Influenciado pelas obras dos líderes cubanos, surgiu na América Latina uma nova corrente revolucionária, conhecida como castrismo ou guevarismo. Essa corrente interpretava o marxismo como um “voluntarismo revolucionário”, político e ético. As primeiras organizações dessa corrente foram adotadas por movimentos jovens de alguns partidos populistas. Concomitantemente a essas novas correntes revolucionárias, a Revolução Cubana também serviu de estímulo para o desenvolvimento da ciência social marxista, e pela primeira vez, o marxismo

penetrou nas universidades latino-americanas e enriqueceu o estudo da sociologia, da economia política, da história e da ciência política (LÖWI, 1999). Contudo, além do meio acadêmico, a nova ciência social marxista também ganhou destaque nos debates ideológicos e no seio da esquerda latino-americana (LÖWI, 1999).

Nas décadas de 1960 e 1970, houveram muitas derrotas dos movimentos guerrilheiros de esquerda latino-americanos. Entretanto, a vitória do movimento sandinista na Revolução Nicaraguense em 1979 e a formação de movimentos revolucionários na América Central, mostraram que o marxismo ainda não havia se esgotado no continente.

O triunfo do sandinismo também serviu de estímulo e inspiração para o desenvolvimento de organizações populares e movimentos guerrilheiros na região, como em El Salvador e na Guatemala. Entretanto, segundo Castañeda (1994), os comunistas nicaraguenses acabaram se revelando fracos e desorganizados. Falharam em não integrar o Partido Socialista Nicaraguense ao governo após a vitória de 1979. Com isso, não houve apoio de pessoas capacitadas e de confiança ao governo e a falta de administração do Estado os levaram à derrocada (CASTAÑEDA, 1994).

No Brasil, em 1980, também foi possível observar novos movimentos políticos e sociais de esquerda, como a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Entretanto, nada se compara ao inesperado fenômeno da radicalização dos amplos setores cristãos e sua admiração pelo marxismo, que evoluiu significativamente após o Concílio Vaticano II, fonte de inspiração para o desenvolvimento do Cristianismo da Libertação, expressão utilizada particularmente por movimentos sociais fundados por sindicatos, movimentos estudantis, ligas camponesas, partidos políticos de esquerda e organizações populares, que como produto dessa corrente, criaram a Teologia da Libertação. O melhor e mais bem-organizado exemplo de produto dessa corrente é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil (MST), que se originou no Cristianismo da Libertação e na Pastoral da Terra, mas a partir de 1980 se afastou da igreja e incorporou importantes elementos do marxismo com inspiração socialista (LÖWI, 1999).

2.2 A esquerda no contexto regional

Os movimentos de esquerda formados na América Latina foram significativamente influenciados pela Revolução Russa. Entretanto, na época em que houve a eclosão do movimento revolucionário russo já existiam na América Latina consistentes lutas camponesas e operárias (WASSERMAN, 2010).

Alguns países latino-americanos como Argentina, Brasil, México e Chile, nesta época, já haviam iniciado organizações trabalhistas que lutavam por melhores salários, pela diminuição da jornada de trabalho e pela regulamentação de uma legislação social, em frequentes greves que abalavam ainda mais a vigente estrutura oligárquica (WASSERMAN, 2010).

Também por influência russa foram formados muitos partidos de esquerda em países da América Latina, como no México (1919), em Cuba (1925), no Brasil (1920), na Bolívia (1928), no Panamá (1939) e na Venezuela (1931).

As primeiras tentativas concretas de tomada do poder por parte da esquerda latino-americana aconteceram em El Salvador em 1932 e no Brasil em 1935. Porém, a forte repressão que se seguiu à derrota daqueles movimentos acabou ocasionando um recuo dos partidos comunistas na América Latina. Ambas as tentativas foram fortemente reprimidas, houve prisões e morte da maioria das lideranças.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, alguns países latino-americanos ligados a partidos comunistas de Moscou, como o Brasil, o Chile, o Uruguai, o Peru, a Bolívia e a Colômbia, cresceram em organização e influência. Entretanto, mesmo nesses países não houve situações revolucionárias. Sendo assim, o proletariado não entrou em cena como principal sujeito social da luta de classes na primeira metade do século, ou seja, o projeto anticapitalista não encontrou bases sociais de massas (ARCARY, 2006).

O surgimento do nacional-populismo foi também um marco para a esquerda do continente, principalmente nos países mais industrializados e com uma classe operária mais numerosa. Segundo Wasserman (2010), o populismo atraía grupos de todos os espectros sociais porque incorporava algumas demandas dos socialistas e, ao mesmo tempo, defendia o nacionalismo econômico. Assim, grande parte dos operários e dos camponeses latino-americanos se mostraram mais dispostos a seguir os partidos populistas.

As novas frentes populares se caracterizavam por reunir classes médias, setores operários e as burguesias nacionais aos partidos de esquerda, justificando-se teoricamente a partir do diagnóstico de que as sociedades pós-coloniais tinham resquícios de feudalismo, os quais precisavam ser eliminados por meio de uma revolução democrático-burguesa. A aliança com as burguesias nacionais era fruto da experiência populista de incorporar demandas populares (WASSERMAN, 2010).

A experiência populista teve lugar no Chile, na Bolívia e na Guatemala. Nos dois últimos países surgiram, no final dos anos 1940, movimentos de esquerda que constituem exemplos do acúmulo de contradições que as sociedades latino-americanas experimentavam naquela época, e foram protagonizados por governantes oriundos das classes médias ou da pequena-burguesia, mas eram decididamente apoiados pela esquerda. O governo de Getúlio Vargas no Brasil também é um exemplo (WASSERMAN, 2010).

A primeira revolução operária do continente ocorreu na Bolívia no início da década de cinquenta. O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), protagonizou uma rebelião popular sem precedentes na história do país. Embora não tenha havido vitória por parte dos revolucionários, pela primeira vez na América Latina o marxismo pôde ser observado como vocabulário da maioria da classe operária boliviana (ARCARY, 2006).

O continente latino-americano, contudo, escreveu sua principal página na história da esquerda com o triunfo da Revolução Cubana em 1959 (ARCARY, 2006). A Revolução Cubana serviu de inspiração e modelo para que fossem feitas outras no continente com o mesmo caráter político-ideológico, influência esta que foi fundamental para impulsionar os projetos revolucionários de esquerda, que contaram com a ampla solidariedade e generosidade cubana, e serviram também para buscar formas adequadas para a realidade de cada país, mesmo que muitos modelos implicassem em imitar o caminho cubano (ANSALDI e GIORDANO, 2012).

As esperanças da esquerda latino-americana voltaram a renascer com a vitória democrática de Salvador Allende, no Chile em 1970, colocando como possibilidade de transição à esquerda a “Via chilena ao Socialismo”, aonde os meios pacíficos – democracia e pluralidade – eram permanentemente debatidos como maneira de alcançar uma sociedade mais justa (WASSERMAN, 2010). Em meio a um cenário conflituoso devido à Guerra Fria e às implicações políticas no continente,

Allende apresentou uma proposta original de aplicação dos objetivos socialistas à realidade latino-americana (NEGRI, 2014).

A derrota do socialismo pela via constitucional, com o golpe militar de 1973, no Chile, trouxe muitas lições para a esquerda latino-americana e a conclusão de que era impossível implementar o socialismo por meios constitucionais e pacíficos. Com a derrota chilena e com o aumento da repressão militar nos outros países da América Latina, muitos grupos de esquerda pró-cubanos voltaram a defender a luta armada como a única forma de alcançar o poder e implantar o socialismo na América Latina (WASSERMAN, 2010).

As décadas de 1960 e 1970, na América Latina, foram marcadas por violentas ditaduras militares no Brasil, na Bolívia, no Uruguai, no Chile, na Argentina e na Nicarágua. Ditaduras estas que marcaram e prejudicaram os movimentos de esquerda latino-americanos. Em todos os casos houve perseguição e desmembramento de partidos políticos e violentas repressões a movimentos operários, organizações estudantis e movimentos guerrilheiros.

No final dos anos 1970, na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), fundada em 1961, após pesadas derrotas, conseguiu em 1979 uma extraordinária vitória sobre as forças do governo dos Somoza – a mais longa registrada na América Latina. Entretanto, diferentemente dos revolucionários cubanos que continuaram logrando os triunfos da revolução ao longo dos anos, os sandinistas derraparam, e após onze anos no poder foram derrotados nas urnas (ZIMMERMAN, 2006).

A Revolução Nicaraguense teve pouca influência nos processos revolucionários de esquerda latino-americanos. A maior parte das ditaduras militares permaneciam como um freio ao retorno dos movimentos de esquerda (WASSERMAN, 2010).

Entre os movimentos guerrilheiros de esquerda derrotados, muitos atuaram até meados de 1990 e outros permaneceram ativos até o início do século XXI. Nesta época, muitos movimentos de esquerda surgiram ou reapareceram com novos significados, renovando as características da esquerda latino-americana de acordo com as transformações do cenário político-ideológico internacional.

A esquerda latino-americana, apesar de na maioria das vezes ter fracassado em seus esforços de fazer a revolução e transformar o mundo, foi responsável pela

evolução política da região e por meio de muita pressão e luta acabou se tornando um fator decisivo de poder (CASTAÑEDA, 1994).

As transformações advindas do declínio da URSS e do fim da Guerra Fria marcam a redefinição do campo político e, principalmente, das esquerdas (NEGRI, 2014). Dentre as mudanças no cenário político-ideológico ocorridas na última década do século XX, houve o surgimento de novas ideologias de esquerda, conhecidas por muitos analistas políticos como Nova Esquerda.

A definição político-ideológica de Nova Esquerda se dá pelo fato de que esta nega que os interesses nacionais de países em desenvolvimento e desenvolvidos sejam sempre contraditórios. Em vez da atitude geral ser "contra" ou "a favor" dos países avançados, creem que o interesse nacional deve ser avaliado em cada caso de acordo com suas peculiaridades (BRESSER-PEREIRA, 2000). Bresser-Pereira (1999) afirma ainda que a mudança do pêndulo ideológico ocorrida no transcorrer da década de 1990 abre extraordinárias perspectivas para a nova esquerda:

especialmente se ela for capaz de unir forças, organizar melhor seu discurso, demonstrar que é capaz de governar com responsabilidade, garantindo o investimento privado, o financiamento externo quando necessário, e o investimento do Estado em capital humano para que haja desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se preocupa com a eliminação da fome e da exclusão social, que são realidades muito presentes na periferia do centro capitalista, e combate com todas as forças a apropriação privada do Estado por capitalistas e burocratas. (BRESSER-PEREIRA, 1999, P. 8).

Segundo Bresser-Pereira (1999), a socialdemocracia adotada pela Nova Esquerda não garante que um governo seja bom, mas está cada vez mais associada a um bom governo. Principalmente pelo fato de seus projetos estarem cada vez mais associados aos quatro principais objetivos da sociedade contemporânea. São eles: a ordem, a liberdade, a igualdade e o bem-estar social. O autor prevê, ainda, que esses modernos partidos políticos socialdemocratas tenderão a estar no poder com mais assiduidade no século XXI.

Logo nos primeiros anos do século atual, o descontentamento popular produzido por medidas neoliberais que afetaram setores sociais cada vez mais amplos aumentou significativamente (HARNECKER, 2008). E, com isso, vários governos de esquerda ou genericamente identificados como populares ganharam

força e maior presença nos parlamentos de países Latino Americanos. Alguns exemplos citados pela literatura são: Chávez em 1999 (Venezuela), Lagos em 2000 (Chile), Lula e Kirchner em 2003 (Brasil e Argentina), Vasquez em 2005 (Uruguai), Morales em 2006 (Bolívia), Correa e Ortega em 2007 (Equador e Nicarágua). Todos chegaram à presidência mediante eleições abertas (CANTAMUTTO, 2013). Para Cantamutto (2013), esse fenômeno é identificado como um “giro à esquerda” e demonstra uma resistência ao neoliberalismo e suas crises.

3 CUBA

Colônia espanhola desde 1510, a Ilha caribenha possui uma vasta experiência social, econômica e política. Dentro do contexto universal, o papel econômico de Cuba, desde o início da colonização europeia, baseou-se no escravismo e na exportação de produtos primários. Papel este que vinculou o país ao mercado internacional capitalista (LE RIVEREND, 1990).

O vínculo colonial entre Cuba e a Espanha repousava sobre processos estáticos e numa relação parasitária insustentável entre a metrópole e a colônia. Esse sistema se sustentava na força militar, no apoio que os interesses espanhóis recebiam dos latifundiários e negociantes cubanos e na confiança dos norte-americanos na eficácia desses interesses para manter a estabilidade da ordem vigente (FERNANDES, 1979).

A evolução econômica de Cuba havia propiciado, nos fins do século XIX, um desenvolvimento cada vez mais íntimo das relações comerciais entre Cuba e os EUA. Pode-se assegurar que o primeiro grande mercado do nascente capitalismo norte-americano foi Cuba” (LE RIVEREND, 1975).

3.1 Revolução Nacional

Para assegurar o bom desempenho de seus interesses, a colônia espanhola aceitou e estimulou a incorporação de Cuba ao espaço econômico, sociocultural e político dos EUA. Nem a metrópole nem os estamentos privilegiados da sociedade cubana dispunham de condições para salvar seus interesses juntamente com a criação de uma sociedade nacional, isto é, não colonial, o que levou à ocupação militar estrangeira e à formação de um estado neocolonial (FERNANDES, 1985).

Com a crise do sistema colonial espanhol, a oposição interna deu início à primeira guerra em prol da independência da ilha. Liderada por proprietários de terras e alguns líderes populares, essa primeira guerra ficou conhecida como “A Guerra dos dez anos” pelo fato de ocorrido de 1868 a 1878.

Após a abolição da escravidão, em 1886, os escravos formaram uma massa à procura de terras e trabalho, fazendo emergir uma importante camada de crioulos que apresentavam novas demandas sociais e políticas que culminou no aumento da fragmentação entre cubanos e espanhóis. Como resultado dessa fragmentação surgiu o Partido Liberal Autonomista, crioulo, que reivindicava reformas no sistema colonial; e o Partido União Constitucional, espanhol, que era contra qualquer tipo de reforma (POMAR, 2016).

Somente no final do século, reunificados por José Martí, os cubanos conseguiram retomar o combate (SADER, 1985). Foi José Martí - grande líder da Revolução Nacional - quem deu consistência teórica à revolução, com propostas de construir uma nova sociedade a partir das lutas de base. “Para ele, a revolução deveria ser um processo de profundas transformações sociais que precisariam transcender a libertação do colonialismo, proporcionando à República mecanismos democráticos que assegurassem a participação das camadas populares na condução do processo” (POMAR, 2016, p. 22). Em 1895, Martí concretizou suas ideias com a criação do Partido Revolucionário Cubano (PRC), dando à Revolução Nacional um aspecto democrático e popular (ARBOLEYA, 2007, *apud* POMAR, 2016).

Ao comando de Martí, e dos generais Máximo Gómez e Antonio Maceo, em 1895 iniciou-se uma nova guerra de independência em Cuba. Martí morreu em combate.

Após a morte do Martí, as forças independentes foram frustradas pelos EUA que intervieram na revolução com o pretexto de que um ancoradouro de sua Marina teria sido bombardeado pelas tropas espanholas no porto de Havana, situação que foi comprovada forjada pelo próprio governo americano para viabilizar sua ação militar direta na guerra. Assim, o governo norte-americano declarou “guerra à Espanha”, cujas tropas já estavam potencialmente derrotadas (SADER, 1985).

A partir disso, os EUA ocuparam militarmente a ilha até que um governo que lhes desse garantia de fidelidade fosse constituído. A crise do regime neocolonial em

Cuba, obrigou o governo norte-americano a organizar formas de repressão e violência que permitiam desarticular o magnífico processo revolucionário em curso e reordenar as formas de dominação existentes (OTERO, 2015).

Embora reconhecendo a independência de Cuba, em 1901, foi aprovada pelo governo norte-americano a chamada Emenda Platt, que dava ao congresso estadunidense o direito de intervir nos assuntos internos da ilha toda vez que considerasse necessário (POMAR, 2016). O que incluía, entre outras coisas, o direito de instalar bases militares e portos na Ilha, além de outras concessões territoriais e privilégios econômicos que violavam abertamente a soberania política da Ilha (SADER, 1985).

Uma das consequências da Emenda Platt a Cuba foi a concessão do território cubano de Guantánamo para que os EUA instalassem uma base militar. Atualmente, tropas norte-americanas ainda ocupam a região.

Desde o fim da colonização espanhola, Cuba foi submetida econômica, política, social e culturalmente à dominação norte-americana. Contudo, a subordinação da Ilha aos interesses dos EUA emperrava o desenvolvimento econômico, criava mais desemprego, reduzia salários, aumentava impostos e reduzia o consumo, fazendo elevar a dívida pública. Cenário que foi agravado pela crise de 1929 (POMAR, 2016). O conturbado clima social que pairava sobre Cuba exigia como complemento regimes políticos cada vez mais duros e submissos aos interesses do governo e de empresas norte-americanas.

Em 1925 o general Gerardo Machado assumiu o poder da Ilha, estabelecendo uma violenta ditadura. Machado conseguiu reeleger-se por mais seis anos. Finalmente, em 1932, após uma grande greve geral, a ditadura de Machado não resistiu e, pressionado pelo governo norte-americano e pelo exército, o general acabou abandonando o país.

Depois de vários anos de instabilidade institucional e de fracos governos civis (SADER, 1985), em 1940, por meio de um golpe militar, Fulgencio Batista assume o poder em Cuba. O governo de Batista, no entanto, foi um período de aumento da especulação, da corrupção, da inflação e do desgaste dos salários, transformando-se rapidamente em um governo isolado do povo (SADER, 1985).

Passados quatro anos da ascensão de Batista ao poder, Grau San Martín, apoiado pelo Partido Revolucionário Cubano, assume o poder de Cuba, entretanto,

seu governo, assim como o anterior, envolvera-se em corrupção e não alcançou popularidade (MONIZ BANDEIRA, 2008). Após Grau San Martí, Prío Socarrás assume o poder, contudo, apesar de opositor, deu continuidade à mesma política de repressão e corrupção.

Na oposição a Socarrás, estava Eduardo Chibás, um político muito prestigiado, fundador do Partido do Povo Cubano (ortodoxo), que tinha como programa político o combate à degradação econômica e à imoralidade a que se haviam entregue todos da pseudo-república (SADER, 1985). O Partido do Povo Cubano conquistou grande apoio popular, especialmente entre a juventude.

Em 1952, Fulgencio Batista, por meio de um novo golpe militar, assume o poder de Cuba, que apoiado pela burguesia cubana fez com que os EUA voltasse a interferir diretamente na Ilha. Novamente à frente do poder, Batista restaurou a Constituição de 1940 sob a qual continuava exercendo a ditadura, e promoveu uma eleição fraudulenta que o confirmava na presidência de Cuba (MONIZ BANDEIRA, 2008).

3.2 Exército Rebelde

O Partido do Povo Cubano conquistou enorme apoio popular, especialmente entre a juventude, provocando o ingresso do jovem advogado Fidel Castro. Desde muito cedo Fidel participou ativamente da política estudantil e sempre revelou-se uma personalidade muito carismática, destacando-se por sua audácia e liderança.

Após o golpe militar de Batista, em 1952, Fidel Castro apresentou ao tribunal uma acusação formal contra Fulgencio Batista, alegando violação da constituição em seu golpe de estado. Contudo, a acusação de Fidel foi rejeitada.

Assim sendo, para o grupo de jovens pertencentes ao Partido do Povo Cubano, a luta armada se apresentava como a única opção para enfrentar a ditadura (ANSALDI e GIORDANO, 2012).

Em 26 de julho de 1953, aproximadamente 160 jovens com a intenção de abastecer-se de armas e convocar uma insurreição popular atacaram o quartel militar mais importante do país na província de Moncada. O plano fracassou e o número de mortos, feridos e detidos superaram a metade dos atacantes (ANSALDI e GIORDANO, 2012).

Na ação Fidel Castro foi preso e na condição de advogado pôde fazer sua própria defesa jurídica. Segundo Ansaldi e Giordano (2012), sua alegação foi mais que uma peça jurídica, foi um manifesto político, marcado principalmente pela frase com a qual foi encerrado: “A história me absolverá”.

Os insurgentes foram condenados a diferentes anos de prisão, entretanto, ao cumprirem vinte dois meses, por decisão de Batista, foram expatriados e exilados. Foi durante o exílio, no México, que se somaram ao grupo alguns simpatizantes cubanos, entre eles o cubano Camilo Cienfuegos e o médico argentino Ernesto “Che” Guevara. Em homenagem à data em que ocorreu o ataque ao quartel de Moncada, o grupo adotou o nome de Movimento 26 de Julho (M 26).

Durante o exílio no México, um grupo de homens e mulheres de classe média, entre eles estudantes, advogados e médicos, muitas vezes caracterizados como “intelectuais revolucionários”, se uniram ao M 26 e juntos prepararam uma expedição armada, tentando desembarcar do iate Granma em Santiago de Cuba para a formação de um foco guerrilheiro e para apoiar insurreições urbanas (ANSALDI e GIORDANO, 2012). A ação foi um fracasso, entretanto, o grupo conseguiu o apoio do campesinato, que se tornou a base para a formação do que chamaram de Exército Rebelde (POMAR, 2016).

Com a ação guerrilheira, Batista iniciou uma campanha de caça aos rebeldes. Com isso, a repressão aos estudantes e à classe média considerada suspeita de participar no movimento aumentou. Contudo, a repressão só aumentava a fama dos guerrilheiros e o apoio a sua luta.

A região de Serra Maestra, em Cuba, se tornou a principal base para o movimento revolucionário e por isso as tropas militares de Batista organizaram um ataque à região com aproximadamente dez mil homens. Após 76 dias as tropas de Batista foram derrotadas, o que comprovou a força que havia alcançado o Exército Rebelde e suas ações.

Além do M 26, participaram da luta o Diretório Revolucionário, proveniente do Movimento Estudantil, o Partido Socialista Popular (PSP) que tinha o apoio do movimento operário e diferentes tipos de organizações nacionais (POMAR, 2016).

Diante da força alcançada pelo movimento guerrilheiro, que cada vez mais provava sua superioridade, e com a expansão da luta armada a ditadura de Batista viu-se enfraquecida.

Ao final de 1958, o Exército Rebelde lançou sua ofensiva final, atravessando praticamente todo o país, tomou a cidade de Santa Clara e cercou a cidade Santiago de Cuba, fatos que prediziam a vitória dos guerrilheiros. Enquanto os guerrilheiros tomavam o controle da Ilha, Batista e grande parte da oligarquia cubana fugiam ou migravam para os EUA (POMAR, 2016).

Assim, em 1º de janeiro de 1959, o Exército Revolucionário logra a vitória, desmanchando os mecanismos de governabilidade da oligarquia cubana. Os comandantes do Exército ditatorial fugiram ou foram capturados. O congresso dissolveu-se e as instituições tradicionais de poder perderam os canais de comunicação pelos quais exerciam sua influência ideológica e política sobre as diversas camadas da população.

No dia 8 de janeiro de 1960, Fidel e sua caravana entram triunfantes na capital Havana. Fidel Castro foi nomeado primeiro ministro, marcando a queda do governo de Batista e o triunfo dos revolucionários do M 26, dando fim a sessenta anos de pseudo-república e abrindo uma página radicalmente nova na história de Cuba (SADER, 1985).

Os Guerrilheiros imprimiram na Revolução Cubana a forma política que ela deveria ter para que atingisse seus objetivos e colocasse a América Latina nas correntes históricas do socialismo. A revolução, que desde o início contivera fortes componentes radicais e populares, que lhe deram um sentido socialista, converteu-se numa das grandes revoluções proletárias e socialistas do século XX. 1960 tornou-se, portanto, o ano na qual a Revolução Cubana se inicia, de fato e de modo irreversível (FERNANDES, 1979).

3.3 Revolução Socialista

As primeiras medidas tomadas pelos revolucionários foram intitular Fidel Castro como primeiro-ministro; extinguir a polícia e suprimir os tribunais especiais criados pela Emenda Platt; dissolver o congresso e revalidar a Constituição de 1940 – suprimida por eleições fraudulentas. No plano militar, o Exército Rebelde passou a ser a nova instituição armada do país.

As medidas tomadas pelo novo governo cubano no primeiro ano após a conquista dos revolucionários, revelava conteúdos de uma revolução agrária e anticapitalista. Após esse período as principais medidas se deram com a

nacionalização total da economia, da propriedade imobiliária e do ensino, de modo que houvesse a integração das atividades básicas do país com os objetivos do planejamento, do desenvolvimento e da execução (LE RIVEREND, 1990).

Ainda em 1960 foi decretada a diminuição dos preços dos alugueis, das tarifas de eletricidade, dos remédios e dos livros escolares. Para evitar a especulação financeira, foi decretada a caducidade das notas de 500 e 1000 pesos (as de maior valor) e foram estabelecidos prazos para troca destas - que só poderia ser realizada em bancos nacionais – fazendo com que as fortunas cubanas levadas para o exterior perdessem rapidamente seu valor (SADER, 1985).

Com o intuito de combater a imoralidade, foi desmanchado o plano turístico que vinculava a rede de corrupção do governo anterior a hotéis, cassinos, prostíbulos e máfias norte-americanas que incentivavam a prostituição, o comércio e o tráfico de drogas. Foi decretada a nacionalização de todos os clubes exclusivos e declararam de uso público todas as praias do país, as melhores das quais até o momento eram de acesso privado e reservadas aos clubes e hotéis mais requintados (SADER, 1985).

Começaram a organizar-se institutos como o de reforma agrária, que passou a dirigir a expropriação de latifúndios e dar início à redistribuição de terras. Foi criada a Fundação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANAP) para incorporar pequenos camponeses donos de terras e, em maio de 1960, foi assinada pelo primeiro-ministro Fidel Castro a Lei da Reforma Agrária, válida para todo o território Nacional, em que fixava um limite para a extensão da propriedade das terras, onde asseguravam-se

Iniciou-se também a da reforma urbana que reconhecia o direito da propriedade da casa por meio do pagamento do aluguel como amortização do seu valor, com a pretensão de combater a especulação imobiliária e ao mesmo tempo possibilitar o acesso à propriedade da habitação aos próprios moradores (SADER, 1985).

No plano educacional, os quartéis foram transformados em escolas e houve um incremento da reforma democrática da universidade. Houve reestruturação do ensino básico, introduzindo a combinação do estudo com o trabalho e incentivando as escolas rurais. Ainda no plano educacional, o esporte passou a fazer parte dos

projetos educacionais, e o profissionalismo no esporte foi implantado nas escolas como forma de incentivo à prática de exercícios físicos (SADER, 1985).

As profundas reformas ocorridas nas estruturas econômicas, sociais e políticas de Cuba significou a realização das medidas básicas anteriormente expostas por Fidel Castro em seu documento de defesa “A História me absolverá”. A ruptura com o poder do Estado burguês e a criação das bases de um novo poder representavam a democratização radical da sociedade cubana. Assim, a saúde, a educação, a habitação, o emprego, o lazer e a cultura deixavam de ser privilégios de alguns para ter seu acesso liberado para o conjunto do povo (SADER, 1985).

Ao longo dos dois primeiros anos no poder, o governo cubano havia destruído a iniciativa privada e a economia de mercado - bases do capitalismo - foram estatizadas mais de 75% da indústria - incluindo a produção e o comércio de açúcar – os recursos minerais, o sistema bancário, o comércio interno e o comércio exterior, os meios de transporte e os serviços públicos (MONIZ BANDEIRA, 2008).

Contudo, para edificar as bases da vida socialista foi preciso, além de traçar estratégias de desenvolvimento, criar sobre a estrutura básica os novos dispositivos estatais e organizar as formas de participação das massas, atacando os símbolos do passado e combatendo a mudança de consciência do povo (LE RIVEREND, 1990).

As medidas socialistas tomadas pelo governo culminaram no enfraquecimento da burguesia cubana. A nacionalização da imprensa e dos meios de comunicação de massa resultaram nas primeiras agressões lançadas pelos EUA. Assim, em 1959, os norte-americanos desataram em uma onda de agressão econômica, cortando abruptamente os créditos cubanos. Do mesmo modo, logo no início de 1960, as empresas petrolíferas se compactuaram para deixar de fornecer combustível a Cuba, golpe que foi fracassado graças à intervenção da União Soviética (URSS) que passou a comercializar matéria-prima a Cuba.

A celeridade e a violência da ofensiva contra Cuba aumentava cada vez mais. O governo dos EUA então reduziu a cota de importação do açúcar cubano e Cuba, em contrapartida, nacionalizou empresas estrangeiras até um valor compensatório, equivalente ao valor do produto que os imperialistas deixaram de comprar. A medida de restrição comercial norte-americana e a suspensão do crédito provocou a falência de muitas companhias açucareiras cubanas, situando-as numa relação de dependência total de crédito e de comercialização pública.

Em meados de 1960, foram estabelecidas as relações de Cuba com os países socialistas, que incentivados pela URSS, iniciaram a decisiva ajuda militar e econômica a Cuba.

Em 16 de abril de 1961, pela voz do primeiro ministro, Fidel Castro, foi proclamado o caráter socialista da revolução (LE RIVEREND, 1990). Toda a economia passava então a ser patrimônio da nação. Abolia-se então, em Cuba, a propriedade privada dos meios de produção e seus correspondentes mecanismos e instrumentos financeiros e de mercado. O governo havia mudado sua composição social e ideológica.

Como parte do plano antirrevolucionário, em 1962, Os EUA impuseram um bloqueio a Cuba, conseguindo que os países da América Latina rompessem relações com o país socialista e que o país fosse expulso da Organização dos Estados Americanos (OEA). Salvo o México, todos os demais países deixaram de ter relações com Cuba, qualquer que fosse a qualidade delas.

Segundo Tirso Saenz, o bloqueio contra Cuba é um dos conjuntos mais completos de sanções impostas pelos EUA a qualquer país. Pode-se mesmo qualificá-lo como um ato de genocídio, como fez a Convenção de Genebra, de 1948, e também um ato de guerra econômica, conforme a Conferência de Paz, em Haia, em 1907. Devido ao bloqueio, Cuba não pode importar dos EUA, nem das suas subsidiárias, em outros países, alimentos, medicamentos, matérias-primas e maquinarias essenciais ao desenvolvimento econômico e social (SAENZ, 2015).

Até hoje o bloqueio se aplica com toda intensidade contra Cuba, provoca enormes problemas na produção, na educação, na saúde pública e nos serviços. O dano é imenso e incalculável. Provoca sofrimentos, carências, dificuldades que alcançam toda a população. Trata-se de um obstáculo crucial ao desenvolvimento da sociedade cubana. Além disso, constitui uma violação ao Direito Internacional que afeta os interesses de outros países (SAENZ, 2015, p. 07).

A atitude norte-americana contribuiu para que cada vez mais o governo cubano fosse incrementando seus vínculos com os países socialistas da Europa Oriental, em especial a URSS, nação que lhe ofereceu suporte, principalmente nos campos econômico e militar.

Anos depois, em 3 de outubro de 1965, cria-se o Partido Comunista Cubano (PCC) e se constitui seu primeiro Comitê Central, quando já se considerava

superada a etapa dos diversos matizes e das distintas origens dos militantes revolucionários (HARNECKER, 2000).

3.4 O Governo Revolucionário

Fidel Castro, líder da revolução cubana, nasceu em Cuba e se formou em direito pela Universidade de Havana. Foi ainda na universidade que o jovem estudante, filho de um proprietário de terras, adquiriu consciência política e revolucionária. Naquele momento, Fidel pertencia a um partido que não era marxista, o Partido do Povo Cubano, mais conhecido como Partido Ortodoxo. Tratava-se de um partido populista de origem pluriclassista, composto fundamentalmente por operários, camponeses e pequena burguesia, e cuja direção era burguesa (HARNECKER, 2000).

Fidel também militava em um partido com uma ampla base popular, mas sem uma direção política coerente. Simultaneamente, existia um partido ideologicamente mais afim com suas concepções marxistas: o Partido Socialista Popular (PSP), nome adotado pelo partido comunista cubano naquela época.

Considerando a reduzida militância do Partido Socialista Popular, o jovem estudante de direito, utilizando-se de sua forte capacidade de liderança, iniciou um trabalho com as bases da ortodoxia para recrutar ali os futuros quadros para um novo tipo de vanguarda revolucionária. Dirigiu-se especialmente à juventude das classes mais baixas, descartando premeditadamente os dirigentes oficiais, para formar uma nova organização com pessoas até então desconhecidas (HARNECKER, 2000).

A partir de um intenso trabalho de recrutamento, em julho de 1953 a organização já contava com pelo menos mil e quinhentos homens treinados e agrupados. Com o grupo formado, o líder enxergava a ação como única forma de tomar o poder nas novas condições criadas pela ditadura de Batista.

Em março de 1956, após retornar de seu exílio do México com mais 82 homens, devido à atitude do partido ortodoxo, que traíndo a linha revolucionária começou a buscar fórmulas de conciliação com a ditadura de Batista, Fidel rompe definitivamente com a direção ortodoxa e anuncia a criação do Movimento 26 de Julho (M26). Segundo o líder:

O Movimento 26 de Julho é a organização revolucionária dos humildes, pelos humildes e para os humildes. Algo diferente da ortodoxia. É a

ortodoxia sem uma direção de proprietários de terras, sem latifundiários açucareiros, sem especuladores de bolsa, sem magnatas da indústria e do comércio, sem advogados de grandes interesses, sem caciques provinciais, sem politiquinhos de nenhuma espécie; o melhor da ortodoxia está travando junto a nós esta formosa luta (CASTRO, 1956, *apud*, HARNECKER, 2000, p. 38).

Fidel estava convencido que a única saída para livrar o povo da realidade em que viviam era o apoio a um movimento que se propusesse a mudar radicalmente a situação política vigente. Então, adotando medidas de caráter revolucionário e elaborando estratégias de luta armada, que os fizessem alcançar mais rápido seus objetivos e eliminar o regime de exploração existente em Cuba, pouco a pouco, o Exército Rebelde foi influenciando no estado de ânimo das massas.

Assim, em dezembro de 1959, a queda de Batista era iminente. O fim do regime ditatorial estava evidente para todos. E foi nesse novo contexto em que a greve geral convocada por Fidel pelo microfone da Rádio Rebelde, em 1º de janeiro de 1959, contra o golpe militar, obteve um êxito completo (HARNECKER, 2000).

Desde o início, a meta traçada por Fidel não era apenas derrubar a ditadura, mas levar adiante uma revolução. Além disso, o líder revolucionário sabia que além da luta de libertação nacional também era necessário empreender uma profunda revolução social. Segundo Marta Harnecker (2000), Fidel Castro sabia que o processo revolucionário anti-imperialista terminaria obrigatoriamente sendo, ao mesmo tempo, uma revolução socialista.

Era necessário fazer a revolução anti-imperialista e socialista (...). A revolução anti-imperialista e socialista tinha que ser apenas uma, uma única revolução, porque não existe mais do que uma revolução. Esta é a grande verdade dialética da humanidade: o imperialismo e, diante do imperialismo, o socialismo (CASTRO, 1961, *apud*, HARNECKER, 2000).

Após o triunfo revolucionário, Fidel Castro assumiu a direção de Cuba como primeiro-ministro. O Novo Estado revolucionário contava, assim, com uma ordem constitucional de caráter socialista (GUANCHE, 2013).

Como primeiro ministro, o líder da Revolução - em apenas quatro anos - destruiu o aparato de dominação direta da burguesia dissolvendo o exército regular,

a polícia e os organismos vinculados a eles; desmontou o aparato estatal burguês e ergueu em seu lugar uma nova ordem estatal de conteúdo popular que defendia a plena independência nacional. Fidel também apreendeu as propriedades das figuras mais comprometidas com a ditadura militar e armou milícias populares; extinguiu o latifúndio; realizou a reforma agrária; nacionalizou o solo e o subsolo; a refinação do petróleo; o açúcar; a eletricidade; os telefones; a habitação; aumentou o controle do comércio interno e do comércio exterior entre outros setores. Fidel reajustou o sistema educacional para que aumentasse o acesso à educação, lançando campanhas para acabar com a analfabetismo; criou um contingente significativo de médicos rurais para dar maior atenção à população historicamente mais pobre; aumentou a oferta de empregos e o salário mínimo. Promoveu uma política econômica nacional com o controle das divisas e das importações em busca de novos mercados (BELL L.; LÓPES J. e CARAM, T., 2006/2007).

O processo revolucionário surgido após 1959 e dirigido pelo líder Fidel Castro, se transformou então na compreensão do marxismo soviético sobre o Estado, que o considerava um instrumento capaz de mover o mundo ao socialismo. A ideia era a aplicação seletiva de um conceito: o Estado como função, que convivia paralelamente no marxismo com o Estado como dominação. O Estado se transforma em executor do cidadão, existindo para o cidadão e propriamente de interesse dele. Assim, como resultado, uma síntese de tal mapa de influências que se secularizaria em uma variante cubana do socialismo de Estado (GUANCHE, 2013).

Apenas em 24 de fevereiro de 1976 foi promulgada a Constituição Socialista Cubana. O período de 1959 até a criação da Constituição, em 1976, foi denominado de “período provisório” e foi classificado como o período provisório mais longo em relação à experiência constitucional do campo socialista (GUANCHE, 2013).

A institucionalização da Constituição Socialista, de 1976, resolveria os problemas técnicos da fusão dos poderes e das funções características fundamentais: regularizar o processo de tomada de decisões, descentralizar o poder estatal e consagrar a relação de direito dos cidadãos. Sendo objetivos que haveriam de cumprir-se por meio da dinâmica centralização/descentralização estabelecida em próprio texto constitucional (TAPIA-VALDÉS, 1977).

Segundo a Constituição Socialista, o sistema institucional conservaria fortes traços de concentração estatal de poderes, como por exemplo a subordinação do

Estado ao PCC, considerado a força dirigente superior da sociedade e do Estado; o controle do Estado/Partido/Governo sobre toda a planificação econômica e os recursos derivados dela; a posse e total responsabilidade do Estado sobre o comércio interior e exterior e a proibição da propriedade privada entre outras coisas. Desse modo, o Estado se converte no ator político determinante da construção socialista (GUANCHE, 2013).

O desenho institucional de 1976 formou parte de uma situação de “pré-crise” experimentada pelo país até meados dos anos 80, ao qual houve a decréscimo da produtividade geral do trabalho, estagnação da qualidade da produção e dos serviços; o aprofundamento da dependência e do endividamento externo da economia nacional e diminuição da eficiência da industrialização (ESPINA in GUANCHE, 2009).

A queda do campo socialista no leste europeu (1989 -1991) – principal parceiro de Cuba - levou a nação socialista a ingressar em uma das mais profundas crises de sua história. Entre 1990 e 1994 o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu em mais de 35%, a capacidade de importação foi drasticamente reduzida e houve uma intensa desvalorização da moeda cubana. Além disso, as exportações se reduziram à quinta parte das importações em 73%. (CEPAL, 1997, *apud*, GUANCHE 2013).

Contudo, o processo de correção dos erros e tendências negativas colocava a abertura política como chave para a governabilidade, e ao mesmo tempo, se distanciava das reformas do campo socialista. “As estratégias de enfrentamento da crise significavam a reconstrução do modelo socialista seguido por Cuba até então” (GUANCHE, 2013, p. 43).

A crise desencadeada na sociedade cubana na década dos anos noventa, derivada principalmente do desaparecimento do campo socialista e da dissolução da URSS, levou Cuba a uma crise de abastecimento de grandes proporções e impôs a necessidade de transformações sociais, propiciando um maior desenvolvimento de sua ordem institucional (BRITO, 2012). Estas condições marcariam o que o governo chamou de “Período Especial em Tempos de Paz” - iniciado em 1990 - nesse período a vida cotidiana da população se tornou muito difícil: as carências alimentares que se uniram à crise no sistema energético, com cortes prolongados e sistemáticos do serviço elétrico, a escassez de transporte, a diminuição da

quantidade e da qualidade de roupas e calçados, o déficit de medicamentos e a falência de empresas e fábricas entre outras coisas (NEGRÍN, 2000).

Os primeiros anos do “período especial” realmente foram desesperadores para a população, na medida em que instituiu a batalha cotidiana pela sobrevivência material - os artigos de primeira necessidade tornaram-se escassos - (BRITO, 2012).

Como resposta à crise, iniciou uma abertura controlada ao capital estrangeiro, contemplando uma relativa abertura econômica, sendo que a estratégia principal foi incentivar o investimento estrangeiro no setor turístico, porém, mantendo a predominância da propriedade estatal. Para fazer frente aos efeitos da crise, o governo cubano foi obrigado a implementar, de forma gradual, outras medidas como:

a abertura significativa ao capital estrangeiro; entrega em uso fruto de terras estatais a cooperativas e famílias; criação de um mercado para os produtos agropecuários; legalização da posse de divisas pelos cubanos (dolarização da economia) e das remessas de familiares residentes fora do país; substituição da estratégia econômica açucareira em favor de setores chave para captação de divisas: turismo, biotecnologia, exploração do níquel e petróleo, e conseqüentemente o estímulo ao trabalho nestas atividades; aumento das autorizações de “trabalho por conta própria”; reestruturação e redução do aparato administrativo estatal; descentralização da tomada de decisões econômicas nas empresas e aumento da distribuição através do mercado (ESPINA, 2008, p.134).

Diante desse cenário, em 1993 a despenalização da posse do dólar foi inevitável. Entretanto, esta medida criou dois setores na economia, por sua vez operando em dinâmicas e moedas diferentes (área peso; área dólar). Seus efeitos negativos sobre o sistema de incentivo ao trabalho e à produção, bem como aos preços internos tornariam a dupla circulação monetária um dos mais graves problemas econômicos do país. O que acabou gerando uma espécie de desestímulo ao trabalho formal para obtenção de rendimentos já que este operava em moeda nacional desvalorizada, e conseqüentemente parte da população se lançou no mercado negro (consumidores e vendedores) cujas possibilidades de obtenção de

moeda forte eram maiores, funcionando inclusive como principal fonte de renda (VALDÉS,1990).

Assim, configurou-se uma profunda cisão na sociedade cubana entre os que têm acesso à moeda forte (principalmente setor turístico, mercado negro e remessas do exterior) e os que não têm, portanto tornando-se um forte instrumento de desigualdade de renda e de níveis de consumo (BRITO, 2012).

Embora as reformas tivessem alcançado um relativo êxito ao conter os efeitos mais duros da crise, apenas em 1994 a economia cubana conseguiu frear a queda-livre, sustentando, assim, uma lenta recuperação que não surtia muito efeito no nível de vida da população. Somente no final dos anos 1990, com a ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, com seus importantes subsídios a Cuba, e posteriormente com o aumento da cooperação com a China, é que a economia cubana conseguiu assegurar uma ligeira melhora nos padrões de consumo. Ou seja, mesmo com as reformas, os cubanos tiveram que suportar o peso da crise praticamente durante toda década. (VALDÉZ-PAZ, *apud*, BRITO, 2012)

Assim, desarticuladas suas linhas de crédito, seus mercados e fontes de abastecimento, Cuba se viu obrigada a realizar mudanças em sua política econômica. Legalmente teve que definir a reversibilidade da propriedade estatal como único meio fundamental de produção, e ao mesmo tempo priorizar inversões em setores que geravam ingresso de divisas, como o turismo e a biotecnologia (AYALA, 2016).

Para reestruturar a lei de Inversões Estrangeiras, em 1995 foi estabelecida a lei número 77 da constituição cubana, onde se autorizavam investimentos estrangeiros em todos os setores - com exceção dos serviços de saúde, educação e as instituições armadas – permitindo empresas de capital misto dentro e fora do território nacional. A partir dessa lei, foram produzidas a reorganização e simplificação do aparato do Estado, dando uma maior autonomia administrativa às empresas. Com o vigor da nova lei também se reestruturou o sistema bancário e financeiro e foram abertas casas de câmbio (NEGRÍN, 2000). Também foi permitido a criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa, na qual a maior parte das terras cultiváveis passaram para as mãos privadas na qualidade de usufruto. Foi autorizada a realização de trabalho autônomo e, entre outras coisas, foram aplicadas medidas que ficaram conhecidas como “saneamento econômico” –

dirigidas para eliminar o excedente monetário através de políticas de preços e impostos (AYALA, 2016).

Com todas essas medidas adotadas por Fidel Castro, que desde 1959 estava à frente do poder em Cuba, o país aos poucos pôde recuperar-se, na medida que promovia, mesmo que timidamente, algumas reformas, abrindo a economia aos capitais estrangeiros, contando no início do século XXI com a solidariedade da Venezuela, dirigida por Hugo Chávez e os investimentos chineses, que emergia como superpotência econômica e como um novo polo internacional de poder (MONIZ BANDEIRA, 2008).

Raul Castro é o irmão mais novo de Fidel. Formado em ciências sociais, Raul fazia parte do Partido Socialista Popular (PSP) e militava pelo Movimento Juventude Socialista.

Juntamente com Camilo Cienfuegos e Ernesto Che Guevara, Raul Castro também compunha o Movimento 26 de Julho (M26) como combatente do Exército Rebelde, e assim como esses grandes nomes, Raul liderava grupos guerrilheiros durante a luta contra a ditadura de Batista.

Após a conquista do poder pelos revolucionários, Raul Castro foi nomeado vice-presidente do conselho de Estado e de Ministros e Ministro e General Máximo das Forças Armadas Revolucionárias. Em 1965, quando promulgada a primeira Constituição Socialista do país, Raul foi nomeado segundo secretário do Comitê Central do Partido e, em 1976, com a criação da Assembleia Nacional do Poder Popular, assumiu o cargo de segundo comissário.

Em 31 de julho de 2006, por motivos de saúde, Fidel Castro delegou provisoriamente a Raul Castro seus poderes de Presidente do Conselho de Estado e em 24 de fevereiro de 2008, após 49 anos no poder, Fidel Castro renunciou à presidência do país. Assim, a partir de 2008, Raul Castro assume por completo o comando de Cuba.

Desde o início de seu governo, Raul Castro decidiu enfrentar os problemas do modelo econômico socialista com reformas que visavam resolver as dificuldades urgentes que enfrentava o país desde a queda do campo socialista, em um contexto externo de endurecimento do bloqueio estadunidense combinado com um novo ciclo de governos progressistas e nacional-populares na América do Sul, que apoiava o governo cubano em termos diplomáticos, políticos e econômicos (AYALA, 2016).

Entretanto, ainda que o governo cubano tenha definido as reformas implementadas em Cuba após a posse de Raul Castro como “atualização do modelo socialista”, é certo que as medidas foram objetos de muita polêmica dentro e fora de Cuba, pois implicam em uma reestruturação do projeto socioeconômico e ideológico da Revolução.

Essa hipótese tem o respaldo dos atuais indicadores da realidade econômica e social que apontam que, a partir de 2011, o país registrou um aumento das desigualdades sociais e a aparição de novos segmentos sociais que vão desde os trabalhadores mais pobres e os desempregados até os gerentes e empresários. Todas essas transformações também impactam nos valores, nas tradições e nas expectativas construídas pela sociedade cubana ao longo do período pós revolucionário (AYALA, 2016).

4 ANÁLISE DE DISCURSOS

Uma das principais características de Fidel Castro que marcou os quarenta e nove anos em que o líder revolucionário esteve à frente do governo de Cuba foi sua extraordinária habilidade de proferir discursos. Para os cubanos os discursos pronunciados pelo líder possuía um forte simbolismo e caráter ideológico.

A maioria dos discursos de Fidel eram proferidos em locais públicos e grande parte da população tinha prazer em parar e ouvir o que o líder tinha a dizer. Em janeiro de 1959, dias após o triunfo da revolução, Fidel Castro discursou por 7 horas seguidas. E em setembro de 1960, em sua primeira aparição como chefe de governo na Assembleia Geral das Nações unidas, discursou por 4 horas e 29 minutos. Fato este que fez o nome de Fidel Castro ir para o famoso livro dos recordes, o “*Guinness World Records*”, como o maior discurso da história.

Em vários discursos, entre eles um discurso proferido em 19 de julho de 1993, Fidel partilhou com seus ouvintes o prazer que sente em estar atrás dos microfones discursando, segundo ele lá se sente mais próximo do povo, sente que nesse momento consegue conversar intimamente com o povo cubano.

Fidel sabia do poder que tinham suas palavras, e na grande maioria das vezes nem mesmo utilizava-se de papel para auxiliá-lo durante o discurso. Durante os 49 anos que esteve à frente do poder, foram proferidos pelo líder 1148 discursos oficiais. Todos disponibilizados em páginas oficiais do governo cubano na internet.

Havia datas especiais para a história do país que se fazia tradição entre muitos cubanos ir à rua ouvir o líder falar. Datas como dia 1 de janeiro (aniversário do triunfo revolucionário); 19 de abril (aniversário do dia em que o Exército Rebelde ganhou a primeira batalha em Playa Girón); dia 1 de maio (dia do trabalhador); 16 de julho (aniversário do dia em que ocorreu o assalto ao quartel de Moncada) entre outras, são datas que, costumeiramente, Fidel Castro ia às ruas discursar.

Raul Castro, à frente do governo de Cuba efetivamente desde 2008, não é tão loquaz quanto seu irmão Fidel. Desde que assumiu o poder discursou 66 vezes. Seu último discurso e único do ano de 2016 disponibilizado pelos meios de comunicação estatais ocorreu no velório de Fidel Castro, em 25 de novembro de 2016. Enquanto Fidel Castro proferia em média 23,5 discursos por ano, Raul Castro profere, em média, aproximadamente 7,5 discursos por ano.

O forte simbolismo e caráter ideológico arraigado nos discursos dos líderes cubanos os transformam em uma importante fonte de análise. O discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente (Pêcheux, 1990, p.18). Destarte, reconhecer as mudanças no conteúdo dos discursos permitirá compreender as transformações socioeconômicas, políticas, ideológicas e até mesmo a cultura política cubana e o fortalecimento da democracia no país.

As ações e decisões mais relevantes para o país realizadas pelo Governo Revolucionário eram, na maioria das vezes, marcadas por um discurso do líder. Assim, neste trabalho, a análise dos discursos irá colaborar para a percepção da dinâmica de ressignificação ideológica e verificação de elementos que possam apontar se as transformações que ocorreram em Cuba desde que foi anunciado o caráter socialista da Revolução Cubana estão impactando os pressupostos revolucionários e os valores socialistas gerados pela ideologia que o Partido Comunista de Cuba (PCC) adotou ao assumir o poder.

4.1 Discursos Fidel Castro

Para Fidel Castro a Revolução Cubana significou a libertação do povo. A libertação da exploração e da miséria em que o povo mais pobre vivia.

“A Revolução Cubana pode ser sintetizada como uma aspiração de justiça social dentro da mais plena liberdade e do mais absoluto respeito aos direitos humanos. Nossa Revolução deve ser defendida como se defende, não algo de Cuba, mas sim da América” (CASTRO, F., 21/01/1960, p. 6).

No dia 2 de setembro de 1960, Fidel Castro realizou uma Assembleia Popular na Praça Cívica em Havana - capital do país - para informar aos cubanos sobre o reestabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, com os demais países socialistas e com a República Popular da China.

“Queremos submeter nosso povo a outra consideração, Nosso povo tem reestabelecido as relações com a União Soviética; desejamos pergunta-lhes se estão de acordo que estejamos estabelecendo essas relações? [...] Nosso povo está de acordo que mantenhamos relações também com os demais países socialistas?”

Fidel Castro tinha o costume de ao longo do discurso fazer perguntas ao público, segundo ele porque: *“levar as considerações ao povo quer dizer que nós somos um país livre, que nós decidimos nossa política nacional e nossa política internacional de maneira democrática e de maneira soberana. Democrática, é dizer, com o povo; soberana, é dizer, sem sujeição aos ditados de nenhuma potência estrangeira”* (CASTRO, F., 02/09/1960, p. 11).

E sobre a democracia Fidel Castro afirmava que consistia na liberdade que o povo tem de tomar suas próprias decisões. Para ele, o triunfo dos revolucionários significava também uma vitória da democracia pelo fato de ter sido realizada pelo próprio povo.

“A democracia não pode consistir só no exercício de um voto eleitoral, que quase sempre é falso e está manipulado por latifundiários e políticos profissionais, sem o direito de os cidadãos decidirem seus próprios destinos, A democracia, só existirá na América quando os povos forem realmente livres para escolher, quando os humildes não estiverem reduzidos pela fome, pela desigualdade social, pelo analfabetismo e pelos sistemas jurídicos, a mais aterrorizante potência” (CASTRO, F. 02/09/1960, p. 16).

Ao assumir o total controle do país, Fidel Castro iniciou a implementação de inúmeras medidas de caráter nacionalista que poderiam, até mesmo, ser identificadas como socialistas. Entretanto, mesmo com essas ações e com a aproximação de Cuba com nações comunistas, apenas um ano depois do triunfo revolucionário, o líder declarou o caráter socialista da Revolução Cubana.

“Companheiros trabalhadores e camponeses, esta é a Revolução Socialista e democrática dos humildes, com os humildes e para os humildes. E por essa Revolução, estamos dispostos a dar a vida”. 16/04/1961

Nesse mesmo discurso, Fidel afirma que Cuba não será um país de pessoas exploradas, que trabalham para uma minoria exploradora e privilegiada de milionários, Cuba é um país de homens trabalhadores.

No dia 3 de outubro de 1965, Fidel em um discurso no Teatro Charles Chaplin, informa aos presentes o novo nome adotado pelo partido. Segundo ele, Partido Comunista é o nome que melhor interpretará o desenvolvimento do Partido e a consciência revolucionária de seus membros.

Segundo Fidel a palavra comunista é uma palavra que sempre assustou as pessoas, e que ser comunista muitas vezes parece ser um crime. Mas isso se dá pelo fato de a palavra representar novas ideias, e segundo ele, a classe dominante não gosta de novas ideias.

“Aspiramos não só uma sociedade comunista, mas sim, um mundo comunista em que todas as nações tenham iguais direitos; aspiramos a um mundo comunista em que nenhuma nação tenha direito ao veto e aspiramos um mundo comunista de jamais termos o mesmo quadro de um mundo burguês [...] aspiramos uma sociedade livre, em todos os povos tenham iguais direitos” (CASTRO, F., 03/10/1965, p. 12).

No dia 26 de julho de 1968, Fidel Castro fala em seu discurso sobre o caminho socialista que está traçando o país rumo ao comunismo. Para ele, o socialismo e o comunismo são construídos conjuntamente.

“Não é possível construir o comunismo sem antes alcançar o socialismo. O povo que aspira viver o comunismo deve fazer o que Cuba está fazendo, vencer o subdesenvolvimento e desenvolver suas forças produtivas” (CASTRO, F., 26/07/1968).

Fidel Castro define o comunismo como uma simples fórmula onde cada um dá toda a sua capacidade e recebe segundo sua necessidade. Afirma ainda que a sociedade alcança o comunismo quando é considerada como um todo, com todos os seus recursos.

“O comunismo é quando a sociedade, considerada como um todo, com seus recursos, vela pela educação de cada cidadão, e em toda a sociedade desaparecem as classes, desaparecem as desigualdades, cuida da educação de cada cidadão, da saúde de cada cidadão, e em toda a sociedade desaparecem as classes, desaparecem as desigualdades, se trabalha para todos e para cada um dos cidadãos” (CASTRO, F., 26/07/1968, p. 6). Para Fidel Castro, essa é a sociedade comunista aspirada por todos um dia.

No dia 7 de setembro de 1973, em um discurso proferido na Argélia, Fidel Castro, mais uma vez, deixa claro o caráter ideológico da Revolução Cubana.

“Cuba é um país socialista, marxista-leninista, cuja meta final é o comunismo. Disso estamos orgulhosos! Baseando-nos nessa concepção da sociedade humana, determinamos nossa política nacional e internacional. Somos acima de tudo leais aos princípios do nacionalismo proletário, e minhas palavras serão consequência dessa ideia. Todo revolucionário tem o dever de defender valentemente seus critérios, e é o que proponho fazer aqui”.

A crise do socialismo cubano, que já estava em curso desde 1976, teve maior impacto com o fim do bloco socialista europeu, o que fez com que Fidel tomasse medidas que pareciam contrárias às ações empenhadas pelo governo para tomar as vias socialistas de fato. Acerca disso, no dia 7 de novembro de 1993, o líder afirma que a perda do campo socialista e principalmente o fim da URSS significou para Cuba um golpe terrível, um golpe maior do qualquer outro país ou alguma outra revolução poderia suportar. Segundo Fidel, o país deveria reconstruir tudo que perderam trabalhando como devem trabalhar, com seriedade e responsabilidade, só assim poderiam reconstruir, inclusive, muito mais do que perderam.

Ainda nesta data, Fidel traz a público a ideia de que o dólar voltaria a servir como medida no país, e que estava convicto de que seria por um período relativamente breve, ideia que se concretizou.

“O dólar será usado como moeda de medida, devido ao fato de ser quase impossível medir em outras moedas, porque as vezes são milhares por um dólar. Por isso usaremos o dólar” (CASTRO, F., 07/11/1993, p. 3)

Outra solução apontada pelo líder, que foi colocada em prática posteriormente, é que o investimento no potencial turístico da ilha seria uma boa alternativa para a entrada de divisas em Cuba, que resultaria em maior movimentação da economia. Segundo Fidel Castro, essa medida não faria que o país perdesse sua identidade nacional, mas sim iria multiplicar a identidade nacional, a influência cultural e conseqüentemente sua influência política.

“A Revolução não deu atenção ao turismo durante muitos anos, e tudo o que fazíamos neste terreno era único e exclusivamente em benefício da população [...] não se pensou, e não estava em nossas concepções um grande desenvolvimento do turismo internacional. Em certo momento chegamos a convicção que é um recurso que deveria ser explorado, isso antes do fim do campo socialista, pois cada país tem que viver de seus recursos naturais e, apesar do que significava a colaboração do campo socialista no terreno econômico, o país que, por exemplo, não dispunha de muitos recursos energéticos, tinha necessidade de aproveitar outros recursos, como o mar, o sol, o ar puro, a beleza da nossa terra como meio de desenvolvimento, de riqueza e de bem-estar para o povo” (CASTRO, F., 07/11/1993, p. 1).

O bloqueio econômico foi imposto a Cuba em outubro de 1960, e todas as vezes que Fidel falava sobre o bloqueio o culpava por muitas das dificuldades existentes no país. Muitas vezes se referiu ao bloqueio econômico como um genocídio da população cubana. Entretanto, também afirma que os cubanos seguem com sua Revolução Socialista lutando heroicamente contra o bloqueio e a guerra econômica.

Até o fim do século XX, observa-se que Fidel Castro utiliza bastante em seus discursos os termos socialismo/socialista, comunismo/comunista. Na maioria dos seus pronunciamentos, ao fim do discurso Fidel utiliza jargões como, Viva o Comunismo! Viva a Revolução Socialista! E também se refere ao povo como povo comunistas.

Contudo, nos anos 2000, percebe-se que Fidel Castro raramente utiliza esses termos. Até mesmo em encontros emblemáticos para a esquerda e para o

socialismo latino-americano, como reuniões com chefes de Estado de países com inclinações nacionalistas de esquerda, como Venezuela e Bolívia e Brasil na era Lula, Fidel Castro não utiliza essas palavras.

4.2 Discursos Raul Castro

A definição do socialismo cubano para, Raul Castro, foi dada em um dos seus primeiros discursos como governante do país.

“Socialismo significa justiça social e igualdade, mas igualdade de direitos, de oportunidades, não de renda, Igualdade não é igualitarismo. Igualitarismo, em última instância, é também uma forma de exploração: do bom trabalhador pelo que não é, ou pior ainda para um preguiçoso (CASTRO, R., 11/07/2008, p. 6).

Desde o início Raul Castro se dizia muito preocupado com a economia e com o desenvolvimento do país, fazendo críticas à forma como a economia cubana estava se desenvolvendo e se mostrou disposto a implementar novas medidas para otimizar o desenvolvimento da economia cubana, já há muito estagnada.

“Não sou economista, mas parto da lógica de que, ninguém, nenhum indivíduo, nem país, pode gastar mais do que ganha [...] A harmonia da planificação e a organização é essencial ao socialismo. Sua ausência pode conduzir ao caos mais perigoso que o característico do capitalismo, onde as leis de mercado terminam por estabelecer certa ordem e equilíbrio, embora seja a custo do sacrifício de milhares de milhões de seres humanos em escala mundial. No socialismo é indispensável que nos planos econômicos a alocação de recursos se ajuste aos rendimentos disponíveis” (CASTRO, R., 01/08/2009, p. 3).

Raul Castro assumiu várias vezes que o socialismo cubano era imperfeito e deveria ser aperfeiçoado.

“Transmito essa ideia para incitá-los a pensar que no nosso socialismo existem algumas valorações pessoais que não devem ser interpretadas como imutáveis. São assuntos que temos o dever de estudar e debater com profundidade de maneira objetiva. Essa é a única forma de continuar nos aproximando das fórmulas mais convenientes para seguir adiante com a revolução e com o socialismo (CASTRO, R., 11/07/2008, p. 8).

“Estamos convencidos que o único que pode fazer fracassar a Revolução e o socialismo em Cuba, colocando em risco o futuro da nação, é nossa incapacidade

de superar os erros que temos cometido durante mais de 50 anos e os novos erros que podemos incorrer” (CASTRO, R., 07/07/2013).

Em 16 de abril de 2011, em um congresso do PCC, foram discutidas novas diretrizes que para Raul Castro objetivava uma atualização do modelo económico e social. *“Atualizar o modelo económico e social com o intuito de garantir a continuidade e a irreversibilidade do socialismo, assim como o desenvolvimento económico do país e a elevação do nível de vida, conjugados com a necessária formação dos valores éticos e políticos de nossos cidadãos” (CASTRO, R., 16/04/2011).*

Raul Castro, desde o início de seu governo falava muito sobre o bloqueio imposto pelos EUA em 1960. O líder inúmeras vezes mostrava acreditar que o fim do bloqueio contribuiria imensamente para o desenvolvimento e para o aperfeiçoamento do socialismo do país.

“Até hoje, o bloqueio econômico, comercial e financeiro se aplica com toda intensidade contra a ilha, provoca danos e carências ao povo e é um obstáculo essencial ao desenvolvimento da nossa economia. Constituem uma violação do Direito Internacional e seu alcance extraterritorial afeta os interesses de todos os Estados” (CASTRO, R., 11/04/2015).

Contudo, o ponto mais polêmico do governo de Raul Castro se deu com o fato de o líder cubano, se mostrar disposto a dialogar com os EUA, considerado o maior inimigo de Cuba desde o início da Revolução Cubana.

“Aproveito a ocasião para reiterar a disposição de Cuba para sustentar com os EUA um diálogo respeitoso, entre iguais, sem sombra para nossa independência, soberania e autodeterminação” (CASTRO, R., 17/12/2014, p. 1).

Em dezembro de 2014, por intermédio do Vaticano e do Papa Francisco, houve a abertura de diálogos entre Cuba e os EUA.

“Temos expressado publicamente ao Presidente Obama, que também nasceu sob a política do bloqueio a Cuba, nosso reconhecimento por sua valente decisão de se envolver em um debate com o Congresso de seu país para pôr fim. Este e outros elementos deverão ser resolvidos no processo até a futura normalização das relações bilaterais” (CASTRO, R., 11/04/2015).

Para o processo de reaproximação entre as duas nações, Raul Castro exigia algumas atitudes dos norte-americanos para a normalização dos vínculos bilaterais,

como a devolução do território cubano de Guantánamo, em posse dos EUA desde o início do século XX e o fim do bloqueio econômico.

“O Governo Revolucionário tem a disposição de avançar na normalização das relações, convencidos de que ambos os países podemos cooperar e coexistir civilizadamente, em benefício mútuo, por cima das diferenças que temos e teremos, e contribuir com eles a paz, a segurança, a estabilidade, ao desenvolvimento e a igualdade em nosso continente e no mundo” (CASTRO, R., 15/07/2015).

Em julho de 2015, depois de meses de negociação, foram oficialmente restabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países.

“Haverá concluído assim a primeira fase do processo iniciado em 17 de dezembro e começará então uma nova etapa, longa e complexa, no caminho há normalização das relações, que requererá vontade para encontrar soluções aos problemas que se acumularam por mais de cinco décadas e afetam os vínculos entre nossos países e povos. Como temos dito se trata de fundar um novo tipo de laço entre ambos os estados, diferentes de toda nossa história comum” (CASTRO, R., 15/07/2015).

Entretanto, mesmo com todas as tratativas que mostrava o interesse de Raul castro em reestabelecer as relações entre o único país socialista da América e a maior potência capitalista do mundo, o líder jamais deixou perceber haveria qualquer mudança nas políticas socialistas do país.

“Por nossa parte, continuaremos enredados no processo de atualização do modelo econômico cubano com o objetivo de aperfeiçoar nosso socialismo, avançar ao desenvolvimento e consolidar os ganhos da Revolução que foi proposta. Conquistar toda a justiça para nosso povo” (CASTRO, R., 11/04/2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 400 anos de domínio espanhol e inúmeras lutas pela independência, em 1898, com a intervenção dos Estados Unidos, a Espanha foi derrotada e obrigada a reconhecer a independência de Cuba. Com a saída da Espanha os Estados Unidos passaram a ocupar militarmente o país. Em 1902 Cuba foi obrigada pelos norte-americanos a incluir em sua nova Constituição um anexo conhecido como “Emenda Platt”, que dava aos EUA o direito de intervir no país a qualquer momento que

acreditassem necessário, aumentando ainda mais a dependência política, comercial e econômica de Cuba aos EUA.

Durante um processo de ditadura militar imposto pelos EUA, o militar Fulgêncio Batista, ao dirigir o país, impôs enormes regulações à economia, o que trouxe grandes problemas para a população. Com o aumento do desemprego houve uma queda no nível da qualidade de vida, além de um alto índice de corrupção nas contas do governo. Fatores esses que deixavam a população cubana cada vez mais insatisfeita.

Inconformados com a situação de desigualdade em que o país se encontrava, em 1959, um grupo de jovens revolucionários liderados pelos irmãos Fidel e Raul Castro, além dos jovens Che Guevara e Camilo Cienfuegos, após um longo processo de luta armada, tomaram o poder, adotaram uma ideologia socialista para governar o país e instituíram um governo de partido único, representado pelo Partido Comunista de Cuba (PCC). Regime este que consagrou o Estado Cubano como principal provedor para o desenvolvimento material, social e político de Cuba.

A escolha de seguir uma ideologia de esquerda, de se aproximar da URSS e de outras nações socialistas, fez com que Cuba sofresse inúmeras sanções que prejudicaram seu desenvolvimento social e econômico há mais de cinco décadas, entre elas sua expulsão da Organização dos Estados Americanos (OEA) e um bloqueio econômico. Entretanto, Cuba insistiu e lutou pela organização social e política, na igualdade, inclusão social, vida digna, e em direitos humanos mesmo estando fora do ciclo de negócios da globalização internacional

A partir da década de 1990, com o fim da URSS, foi necessária uma profunda reestruturação das políticas econômicas do país, dadas as conjecturas e a crise econômica. A queda do bloco comunista, fez muitos pensarem que Cuba estaria arruinada e que o socialismo cubano teria chegado ao seu fim. Entretanto, a maior mudança ocorrida em Cuba foi a reestruturação da coesão social.

Existem inúmeras correntes contrárias tanto ao regime quanto ao governo cubano. O sistema político de partido único, é permanentemente alvo de críticas da comunidade internacional. Sistema que por muitas vezes é acusado de ser ditatorial devido às especificidades no tratamento da relação entre liberdade e igualdade. O acúmulo de propriedade privada foi proibido, o número de computadores conectados à internet é limitado e o acesso é monitorado, além de denúncias de violação dos

direitos humanos. Há que se destacar, entretanto, que as dificuldades de acesso à internet e o monitoramento do seu uso advém, em grande medida, dos limites decorrentes do embargo – apenas um cabo, cedido pela Venezuela, conecta a Ilha à rede mundial, o que limita a banda de acesso e restringe sua universalização. Além disso, o respeito aos direitos humanos também não é uma constante em grande parte do continente, sendo que Cuba não apresenta dados desviantes dessa realidade.

Se, ainda sob o governo de Fidel Castro, mudanças políticas e econômicas foram realizadas para a manutenção da Revolução, a ascensão de Raul Castro ao poder, em 2008, direcionou a disposição do governo em eliminar algumas proibições à circulação do capital internacional e em modificar a gestão política da ilha. A abertura da economia a investidores estrangeiros, a ampliação do acesso ao capital cubano e, principalmente, o início do reestabelecimento das relações diplomáticas com os Estados Unidos são acordos recentes que evidenciam a ocorrência de mudanças econômicas e políticas.

A partir da análise dos discursos dos líderes cubanos observa-se que Fidel Castro desde o início de seu governo afirmava em suas falas com plena convicção que o aperfeiçoamento do socialismo cubano é uma via que visa principalmente o alcance do comunismo. Que embora o comunismo na maioria das vezes seja motivo de críticas, o líder garantia que seria o melhor para o país, que a partir do socialismo e conseqüentemente, o alcance do comunismo, traria a igualdade de direitos, de oportunidade, uma melhor qualidade de vida e a plena democracia.

Entretanto, com o passar dos tempos, especialmente com o fim da URSS, mesmo jamais abandonando o discurso de que o socialismo é a melhor maneira de alcançar uma sociedade mais justa e mais coesa, observa-se que a revogação de leis e as modificações implantadas nas políticas econômicas do país evidencia que o caminho socialista que o país traçou ao longo do tempo não fora o melhor para alcançar os objetivos esperados pelo PCC.

Outra observação que pode ser feita a partir dos discursos de Fidel Castro é que ao longo dos anos, apesar de continuar seguindo uma política socialista, o líder ao longo do tempo, vai deixando de utilizar os termos socialismo e comunismo, até mesmo os famosos e simbólicos jargões que remetiam à glorificação do socialismo, do comunismo e da Revolução deixaram de ser utilizados por ele.

A análise dos discursos de Raul Castro mostra que o sucessor de Fidel é muito coerente em sua relação entre o socialismo cubano utópico e o socialismo cubano atual. O líder evidencia claramente sua insatisfação com as falhas decorrentes da má implantação do socialismo no país, e se mostrou disposto a analisar, discutir e até mesmo modificar as políticas utilizadas que não satisfizeram os objetivos propostos pelo partido.

Acerca da emblemática aproximação com os EUA, é possível confirmar que o presidente cubano tinha muitas expectativas positivas quanto a essa aproximação e acreditava que o reestabelecimento das relações traria muitos benefícios para o desenvolvimento da economia do país.

Portanto, apesar de poder ter a clara percepção de que ocorreram inúmeras mudanças nos discursos dos governantes cubanos que conseqüentemente influenciaram nas políticas e decisões implantadas e propostas pelo Partido, observa-se que em relação ao caráter socialista do Partido e a forma como são instituídas, as decisões políticas em Cuba não foram modificadas. Nenhum dos dois líderes evidenciam em seus discursos que a abertura da economia do país, e a aproximação da nação socialista com países capitalistas irão interferir na ideologia socialista adotada pelo país. Mostrando que o país não renunciará ao seu projeto de sociedade e de governo. O Partido Comunista Cubano deixa claro que os preceitos e os valores político-ideológicos da Revolução serão mantidos e aperfeiçoados.

Segundo Inglehart e Wezel (2009), As mudanças socioeconômicas provocam mudanças nos valores sócio-políticos e o desenvolvimento do capitalismo conduz à difusão de valores de auto expressão que contribuem para a consolidação da democracia e para a sua qualidade.

Contudo, a abertura econômica e algumas modificações que estão ocorrendo em Cuba, principalmente na capital Havana, como a abertura de grandes centros comerciais, a implantação de empresas e indústrias estrangeiras que possuem, agora, permissão para contratar cubanos e a chegada de grandes marcas de reconhecimento internacional, entre outras coisas, influenciam a cultura política, o simbolismo e valores que a ideologia socialista gerou na sociedade cubana principalmente na população mais jovem.

Contudo, Isabel Rauber (2016) afirma que os valores que podem ser perdidos não devem ser motivo de preocupação, mas sim os valores capitalistas que poderão

ser adquiridos como o egoísmo, o individualismo e a competitividade. Já a cultura política da juventude está mais associada ao bom funcionamento da democracia e à participação política dos cidadãos do que à abertura do país ao capital internacional.

Ao discursar no dia 26 de julho de 2013, Raul Castro afirmou que “a revolução cubana continua sendo uma revolução de jovens”. Entretanto, um dos fatores que ainda deixam muitas dúvidas é sobre quem irá assegurar a continuidade da Revolução, pelo fato de que a geração revolucionária das décadas de 50 e 60 já não está mais presente. Ao serem questionados sobre este fato fala-se na importância que a juventude tem nesse processo.

Para Saenz (2015), para assegurar que os jovens cubanos sejam capazes de assimilar a inevitável e ampla entrada de novos e diferentes padrões de vida, sem perder de vista as conquistas da Revolução é necessário um profundo trabalho ideológico. Lembrar-lhes dos sentimentos de dignidade, solidariedade e patriotismo que sempre caracterizaram o povo cubano.

No dia 26 de novembro de 2016, aos 90 anos de idade, morre o líder cubano Fidel Castro. Em seu pronunciamento a respeito da morte de seu irmão, Raul Castro, garantiu que “mesmo sem a presença do grande comandante revolucionário, como atual líder do país vou seguir firme em meu empenho de construir o socialismo em Cuba” (CASTRO, R., 03/12/2016).

Em janeiro de 2017, com todas as expectativas frente ao reestabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA durante o governo de Barack Obama, assume o poder o novo presidente da maior potência capitalista do mundo, Donald Trump. O novo presidente dos EUA afirmou publicamente que em seu governo o acordo entre as duas nações seria revisto, mas que estaria em segundo plano.

Acerca das declarações feitas pelo novo dirigente norte-americano, informações divulgadas em meios de comunicação estatal cubano alertou aos cubanos acerca do fortalecimento do bloqueio econômico e sobre o recuo em alguns pontos do acordo que já havia sido estabelecido entre as duas nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença 1970.
- ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *América Latina. La construcción del orden*. Tomo II. De las sociedades de masas a las sociedades y proceso de reestructuración. Buenos Aires: Ariel, 2012.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução a Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARCARY, Valério. *América Latina: dilemas da esquerda em perspectiva histórica*. Tempos Acadêmicos. Revista do Curso de História. UNESC, n. 4 (2006).
- AYALA, Mario. *Mirando a Cuba hoy: reformas y configuraciones em uma nueva etapa (1990-2015)*. Buenos Aires: Editora Imago Mundi, 2016.
- BAQUERO, Marcello. *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed Univ. Fed. Rio Grande Do Sul, 1994.
- BAQUERO, Marcello. *Reinventando a Sociedade na América Latina: Cultura Política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.
- BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique de Oliveira de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf – *A construção da Democracia na América Latina: Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre/Canoas: Ed. Universidade/UFRGS/ Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.
- BELL, Lara; LÓPEZ, J.; D. L.; CARAM, T. 2006/2007 - *Documentos de la Revolución Cubana 1959 y 1961* (La Habana: Editorial de Ciencias Sociales).
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmem C. Varriale – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998. Vol. 1.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e estado na filosofia política moderna*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A nova Centro-Esquerda*. Revista Século XXI, 2, maio 1999: 46-52.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Nova esquerda: uma visão a partir do Sul*. Revista Filosofia Política, nova série, vol. 6, 2000, p.144-178.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (1997) “*Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo*.” Lua Nova- Revista de Cultura e Política, n 39, 1997.
- BRITO, Julian Araújo. *A Revolução Cubana Após a Derrubada Do “Campo Socialista”: as Condições da Sobrevivência Política*. Revista Aurora, UNESP/Marília - São Paulo. v. 6, n. 1, p. 109-122, Jul. - Dez., 2012.
- CANTAMUTTO, Francisco J. *¿Giro a la izquierda? Nuevos gobiernos en América Latina*. Revista Estudantil Latinoamericana de Ciencias Sociales. NO. 2 - Marzo 2013.
- CASTAÑEDA. Jorge G. *Utopia desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. Tradução Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Fidel. Discursos e Intervenções do Conselho de Estados e de Ministros. <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/>
- CASTRO, Nils. *As esquerdas latino-americanas: observações acerca de uma trajetória*. In FORTES, Alexandre. História e perspectivas da esquerda. – 1. Ed. – São Paulo/Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.
- CASTRO, Raul. Discursos e Intervenções do Conselho de Estados e de Ministros. <http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/index2.html>
- CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. (Trad. Paulo Neves) São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. - São Paulo: Editora Boitempo, 1997.
- ELEY, Geoff. *Forjando a democracia – A história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ESPINA, Mayra. “*La solución está en socializar la agenda del cambio*” en *El poder y el proyecto. Un debate sobre el presente y el futuro de la revolución en Cuba*. in. GUANCHE, Julio César. Santiago de Cuba: Oriente, 2009.

- ESPINA, Mayra. *Viejas y nuevas desigualdades en Cuba*. Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad nº 216, 2008.
- FIDEL, C. Discursos e Intervenções do Conselho de Estados e de Ministros. <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/>
- GEIGER, THEODOR. *Ideología y verdade*. Amorrortu editores. Buenos Aires, 1968.
- GRAMSCI, Antonio. *The Antonio Gramsci Reader: selected writings 1916-1935*. New York: New York University Press, 2000.
- GUANCHE, Julio César. *Estado, participación y representación políticas en Cuba. diseño institucional y práctica política tras la reforma constitucional de 1992* . - 1a ed.
- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.
- GUEVARA, Gustavo. *Sobre las Revoluciones latino-americanas del siglo XX*. Buenos Aires: Newen Mapu, 2013.
- HARNECKER, Marta. *Fidel, a estratégia Política da vitória*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.
- HARNECKER, Marta. *Reconstruyendo la izquierda* – México: Siglo XXI, 2008.
- INGLEHART, Ronald; BAKER, Wayne. *Modernization, Cultural Change, and the persistence of traditional values*. American Sociological Review, v. 65, n. february, p. 19–51, 2000.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. [S.I.]: Cambridge University Press, 2005.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LARRAIN, Jorge. *Ideologia*. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor, 1983. p. 183-86.
- LE RIVEREND, Julio. *Historia Económica de Cuba*. La habana: Instituto Cubano del Libro, 1975.
- LE RIVEREND, Julio Le. *Cuba: do semicolonialismo ao socialismo (1933-1975)*. In *América latina: história de meio século*. Pablo Gonzáles Casanova, org. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia. Introdução à Sociologia do Conhecimento*. Porto Alegre: Globo, 1956.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã e outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

- MESZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel. La Revolución Cubana y América Latina*. Buenos Aires: GRUPO Editora Norma, 2008.
- NEGRI, C. *Democracia, mudança de valores e transformação ideológica da esquerda na América Latina*. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, v. 2, p. 197-216, 2014. Disponível em: <
<http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/issue/view/952/showToc>>. Acesso em: 8 dez. 2014.
- NEGRÍN, Ernesto Chávez. *Población y crisis económica em cuba: la familia y la dinámica demográfica del "Período Especial"*. Taller "Población y pobreza em América Latina" Buenos Aires, Argentina, 9-11 de noviembre de 2000.
- PÊCHEUX, M. Apresentação da AAD. In: GADET, F., HAK, H. *Por uma análise automática do discurso (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux)*. Campinas: Pontes, 1990.
- POMAR, Wladimir. *Cuba: revolução e reforma*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- RAMALHO, José Rodorval. *Ideologia: O Que devemos saber? - Sociologia para o Ensino Médio: conteúdos e metodologias* Roserval de Almeida e Souza (orgs). – Campina Grande: editora da UFCG, 2012.
- RAUBER, Isabel. Especial Caros Amigos. ANO XIX – Nº 79 – MARÇO 2016.
- SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Moderna, 1985.
- SAENZ, Tirso. Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UnB). *Politizando: A normalização das relações Cuba-Estados Unidos: uma visão prospectiva*. Ano 6 – Nº. 21 – DEZ. de 2015.
- SENA, Caridad Massón. *Advenimiento del Comunismo en América Latina. Los casos de México, Brasil y Cuba*. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. [S.l:s.n.]. Disponível em: <
<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/12612>>. Acesso em: 30 abr. 2015, 30 dez. 2014 .
- TAPIA-VALDÉS, J. *Cuba Constitucional en Nueva Sociedad*, Havana, 1977, p. 87-101.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 8. ed. Petrópolis, 2009.

- VALDÉS, Julio Carranza. *Cuba: situación actual y proceso de cambio*. Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad nº108, 1990.

